



CADERNO DE RESUMOS DO VI SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO

● Janeiro/2020

ISSN: 2358-3304



PPGP
Gestão e Avaliação da
Educação Pública

 **CAEd**
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Juiz de Fora

 **UFJF**
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA

COMITÊ CIENTÍFICO

Manuel Fernando Palácio da Cunha e Melo

Eliane Medeiros Borges

Maria Isabel da Silva Azevedo Alvim

Lina Kátia Mesquita de Oliveira

COMITÊ ORGANIZADOR

Amanda Sangy Quiossa

Diovana Paula de Jesus

Juliana Alves Magaldi

Leonardo Ostwald Vilardi

Luisa Gomes de Almeida Vilardi

Marina Furtado Terra

Mônica da Motta Sales Barreto

Priscila Campos Cunha

SUMÁRIO

GT 1 Avaliação Educacional	5
GT 2 Avaliação Educacional	14
GT 3 Tecnologias e Educação	23
GT 4 Diversidade e Desigualdade na Educação	30
GT 5 Diversidade e Desigualdade na Educação	37
GT 6 Ensino Superior	51
GT 7 Ensino Superior	59
GT 8 GESTÃO EDUCACIONAL	67
GT 9 GESTÃO EDUCACIONAL	76
GT 10 Gestão Educacional	85
GT 11 Políticas Públicas Educacionais	94
GT 12 Políticas Públicas Educacionais	102
GT 13 Políticas Públicas Educacionais	110

GT 1 Avaliação Educacional

Coordenação: Prof. Dr.Tufi Machado Soares

A pontuação sobre a experiência docente em Institutos Federais: uma amostra da Região Sudeste

Mateus Alencar Nikel

Esta investigação apresenta resultados preliminares em amostra regional de projeto que objetiva avaliar qual o peso e importância da pontuação sobre experiência/prática progressiva docente nas seleções públicas das redes federais de ensino. Justifica-se este trabalho, tendo em vista que em estudos anteriores, apresentamos a desvalorização deste item nas seleções municipais e estaduais (representando 2% e 1% da pontuação média dos certames, respectivamente), constando uma série de mecanismos que desvalorizam a prática/experiência destes profissionais. Tendo em vista este retrospecto, cabe levantar dados relativos às redes federais de ensino, pois essas apresentam-se como exemplo em excelência no ensino básico e público, obtendo desempenho maiores do que colégios particulares voltados para a elite econômica nacional. Por conseguinte, comparando-se as seleções, entender-se-á melhor as diferenças avaliativas entre as instituições, objetivando uma forma mais adequada e equânime na seleção destes profissionais. Metodologicamente, investigou-se o último edital contendo nomenclatura de cargo/código de vaga na qual o licenciado em música pudesse concorrer nos Institutos Federais das 4 capitais que compõem a região sudeste brasileira (IFRJ, IFSP, IFES, IFMG): entretanto, válida para todos os componentes curriculares do ensino médio, tendo em vista que foram analisadas as estruturas das seleções (estas idênticas para todos os cargos). Conclui-se, a partir dos dados estatísticos, que estes certames estão baseados numa concepção Técnico-Racional (SCHÖN, 1982) e/ou aplicacionista (TARDIF, 2014); tendo em vista a preferência por avaliações dissertativas e destinando pouco espaço para a contabilização de experiência progressiva. Também, verifica-se que a maioria dos itens pontuadores são exclusivos da carreira de docente de nível superior, mesmo que o edital seja específico para professor de ensino básico: já indicando uma desvalorização da prática/experiência docente em ambientes de ensino fundamental.

Palavras-chave: Prática Docente. Experiência Docente. Concurso Público Federal.

A resignificação da avaliação em relação ao uso de tecnologia digital

Paula Monteiro Baptista
Rafael Filipe Novôa Vaz
Lilian Nasser

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutoramento, em andamento, no PEMAT/UFRJ, sobre as práticas do professor de Matemática quanto às avaliações aplicadas na Educação Básica. O objetivo é investigar como a avaliação dialoga e deveria dialogar com o contínuo avanço da tecnologia nas últimas décadas. As salas de aula estão em processo contínuo de transformação, não são mais apenas espaços físicos que fazem uso, exclusivamente, da mídia lápis-e-papel (BORBA; PENTEADO, 2002) no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, cabe analisar a resignificação da avaliação em relação à tecnologia digital, visto que a prova escrita pode não ser mais suficiente para explorar, da melhor forma possível, todas as informações advindas dos saberes dos alunos. A pesquisa em andamento defende a avaliação como uma prática investigativa (BURIASCO; FERREIRA; CIANI, 2009), isto é, a avaliação como uma prática dialógica e reflexiva de alunos e professores, gerando informações que estarão a serviço de ambas as partes – (re)orientado o docente no ensino e o discente para sua aprendizagem. À vista disso, estuda-se como esse processo de prática investigativa é incrementado quando o professor possibilita o uso de mídias educacionais digitais, uma vez que novas percepções e novos questionamentos poderão ser elencados a partir da simulação, da manipulação e da experimentação virtual por parte dos alunos durante o processo avaliativo. Dessa forma, esse trabalho estuda como o professor pode transgredir quanto à avaliação, fundamentada como prática investigativa e desenvolvida à luz dos avanços tecnológicos, em prol da construção de avaliações mais significativas. REFERÊNCIAS: BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. . Informática e Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. BURIASCO, R. L. C., FERREIRA, P. E. A.; CIANI, A. B. . Avaliação como prática de investigação (alguns apontamentos). Boletim de Educação Matemática, 22 (33), 69-96, 2009.

Palavras-chave: Pesquisa em Avaliação; Prática Investigativa; Mídias digitais.

Os instrumentos de avaliação e suas relações com o rendimento escolar em Língua Portuguesa, uma questão do contexto da prática docente

Wagner José Serrão Maia
Dulcimaria Portocarrero Pinheiro

A utilização efetiva e eficaz de instrumentos de avaliação na aferição das competências e habilidades básicas para a aquisição de novas aprendizagens, figura entre os inúmeros desafios na prática docente. Nesta perspectiva, a Coordenadoria Regional de Educação do Município de Autazes-AM, seccionária da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas, desenvolveu um projeto com intuito de realizar intervenções pedagógicas assertivas para o melhor aproveitamento do componente curricular nas escolas da rede estadual de ensino objetivando o aprimoramento e diversificação dos instrumentos de avaliação considerando seus reflexos no rendimento escolar. Para tanto, faz-se uso dos dados verificados “in loco” nos registros constantes nos diários de classe com foco nos instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e seus níveis de aproveitamento detectados em suas rotinas pedagógicas. Como parte do projeto, foi elaborado um plano de intervenção com o envolvimento de todos os atores do âmbito escolar a fim de discutir a importância da temática abordada, troca de experiências e oficinas pedagógicas com foco na prática docente. O campo de atuação e pesquisa compreendeu cinco escolas, considerando os níveis: Fundamental Inicial e Final e Ensino Médio cujos dados foram comparados às avaliações externas para localizar as necessidades específicas dos discentes e docentes. Utilizou-se no referencial teórico autores com aprofundamentos nesta problemática, como Capellini (2004), Alves (1992), Desprebiteris (1998) e Luckesi (2000) que advogam que múltiplos instrumentos podem aperfeiçoar o processo de avaliação escolar, pois permitem analisar facetas diferenciadas do desempenho do aluno fornecendo subsídios e direcionamentos para a tomada de decisão no âmbito da docência e gestão escolar. A análise dos dados revela que as intervenções impressas no escopo do projeto resultam em significativas melhorias nos indicadores dos níveis de aprendizagem das escolas participantes configurando-se como uma ação inclusiva.

Palavras-chave: Políticas públicas – Avaliação – Desempenho

Estudos sobre a avaliação in loco dos cursos de graduação na modalidade a distância

Ana Flávia Sacchetto Fabrini

Cassiano Caon Amorim

Helena Rivelli de Oliveira

O presente resumo tem por objetivo apresentar dados parciais de uma pesquisa que está em elaboração no mestrado profissional em gestão e avaliação da educação pública. O objeto da pesquisa versa sobre a questão da avaliação in loco feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira nos cursos de graduação e instituições de educação superior. O objetivo é analisar como as alterações na legislação demandaram um novo modelo de avaliação in loco para os cursos ofertados na modalidade a distância. Em 2017, foram publicados novos diplomas legais que trouxeram uma nova regulamentação para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Essa nova regulamentação impôs uma modificação na maneira de avaliar in loco os cursos de graduação e as instituições de educação superior, envolvendo alterações tanto nos instrumentos de avaliação quanto na metodologia de interpretação desses instrumentos. Como resultado parcial da pesquisa, já é possível apresentar essa nova metodologia de avaliação in loco dos cursos de graduação, que vem sendo desenvolvida na prática pelos avaliadores desde 2018. A pesquisa em andamento pretende analisar se os itens dos instrumentos de avaliação, que analisam especificamente a oferta de cursos de graduação na modalidade à distância, são capazes de aferir a qualidade da educação superior da maneira mais adequada ou se esses podem ser aprimorados. Serão entrevistados diversos atores envolvidos nesses processos: discentes, docentes, coordenadores de curso e gestores. Esses originados de organizações acadêmicas diferentes e de regiões diferentes do Brasil. Pretende-se, assim, indicar melhorias nos itens de avaliação já existentes e propor novos itens, com recorte específico para os itens que avaliam cursos de graduação ofertados na modalidade à distância, aperfeiçoando assim o instrumento de avaliação.

Palavras-chave: Avaliação do ensino superior; educação a distância; SINAES; instrumentos de avaliação

Um modelo de coleta de dados adequado à avaliação educacional em larga escala no Brasil

Laene Ascenso Lustosa

A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir o modelo de coleta de dados do Saeb, com o objetivo de investigar como ocorre o processo de coleta de dados do Saeb, o cálculo e a expansão dos resultados com base no plano amostral atual, a fim de identificar um modelo de coleta de dados adequado à avaliação educacional em larga escala no Brasil. O referencial teórico passa pelo histórico do surgimento da avaliação educacional em larga escala e como esse movimento influenciou a criação Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a mais importante avaliação educacional do Brasil, e pela apresentação do histórico do plano de coleta de dados do Saeb, que foi se modificando com o passar dos anos e com as evoluções dessa avaliação. Como hipótese assumiu-se que depois de passar por diversas modificações, o plano amostral do Saeb precisa ser estudado e avaliado, para entender se há necessidade de atualização desse modelo. Para tanto, a metodologia adotada é a revisão bibliográfica e documental, seguida de análise de dados coletados pelo Saeb 2017 com uso de simulação para medir efetividade do plano amostral atual por meio de comparação de resultados construídos a partir de amostragem com os resultados obtidos na aplicação censitária.

Palavras-chave: Saeb. Amostra. Simulação

O papel da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense do campus Macaé nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

Cassandra Castilho Reis
Frederico Braida
Priscila Campos Cunha

Este trabalho aborda o tema da importância das bibliotecas na construção de uma educação de qualidade, no suporte informacional e no apoio ao ensino, pesquisa e extensão em uma Instituição de Ensino Superior. Toma-se como objeto de estudo o caso da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense campus Macaé (IFF/Macaé), objetivando compreender o seu papel na avaliação do curso de Engenharia de Automação, tendo como parâmetro as metas e os critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Portanto, a questão que se apresenta é: qual a importância do papel da biblioteca nas avaliações de cursos pelo Sinaes? De forma mais específica, almeja-se identificar a importância da biblioteca do IFF/Macaé para o curso de graduação de Engenharia de Automação, uma vez que se trata do único curso desse campus já avaliado pelo Sinaes. Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa predominantemente qualitativa, embasada em revisão de literatura, análise documental e de estudo de caso, com aplicação de questionários e realização de entrevistas com os principais atores do IFF/Macaé envolvidos no processo de avaliação do Sinaes do curso supracitado. Mediante as pesquisas já realizadas, verifica-se que parte da importância das bibliotecas nesse processo avaliativo está na busca da adequação entre as bibliografias das disciplinas e o acervo da biblioteca, no entanto constata-se uma baixa consciência institucional sobre a importância do papel da biblioteca na construção dos projetos pedagógicos dos cursos e planos das disciplinas. Portanto, ao final da pesquisa, será proposto um Plano de Ação Educacional que visa tanto ao fomento da criação de uma consciência institucional sobre a importância da biblioteca quanto à melhoria da qualidade de parte dos serviços prestados, de forma que os parâmetros estabelecidos pelo Sinaes sejam plenamente atendidos.

Palavras-chave: Instituto Federal. Biblioteca. Sinaes.

Compreendendo a Avaliação Externa

Madeleine Aparecida Lafetá Aguiar Rabelo

A Avaliação Externa como ferramenta da reforma da educação realizada em diversos países, vem sendo desenvolvida e aplicada no Brasil. Ela possibilita recolher informações sobre o ensino oferecido e reconhecer fatores intrínsecos e extrínsecos à escola que influenciam o desempenho dos alunos. Baseado em estudos estatísticos que promovem a classificação das escolas e dos sistemas avaliados, a Avaliação externa realiza a importante tarefa de organizar dados para o ensino de maior qualidade. Possibilitando pois, comparações e a adoção de políticas de melhorias ao ensino oferecido na rede pública. Como processo, a Avaliação Externa desde o princípio vem sofrendo modificações, expansões e alterações para melhor atender as demandas atuais da sociedade. A escola, vista como espaço de convivência entre indivíduos de diferentes olhares e concepções, precisa ser conhecida pela realidade que a cerca e pelo resultado de seus esforços. Monitorar o trabalho da escola representa também que a instituição segue padrões e persegue metas de ensino. A valorização da Avaliação Externa reflete também o esforço para que a Educação seja reconhecida como prioridade de governos e de toda sociedade. Percebemos, no entanto, que os profissionais das escolas nem sempre compreendem a lógica da Avaliação Externa, associando-a ao modelo de avaliação interna que é utilizado para diagnosticar a aprendizagem dos alunos. Assim, verificamos que, para vivenciarmos em sociedade, uma política pública que exige comprometimento e clama por responsividade é necessário que ela seja compreendida e diferenciada de outros instrumentos de ensino. Atualmente, os esforços em comum em torno de objetivos claros e compartilhados tendem a alcançar melhores resultados do que imposições mal compreendidas. Portanto, partindo do pressuposto de vivência de uma escola democrática, esse trabalho vem oferecer a reflexão de que deve haver esforço maior para informar aos educadores sobre os aspectos próprios da avaliação externa.

Palavras-chave: Avaliação externa - Educação - Processo - Dinamismo - Responsividade

Análise da implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Ubá (Minas Gerais)

Samuel Gazolla Lima

O estudo de caso, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública do (PPGP) CAEd/UFJF, trata da análise do processo de implementação dos Itinerários Avaliativos nas escolas da rede estadual de Minas Gerais, na área de abrangência da 38ª Superintendência Regional de Ensino de Ubá. Os Itinerários Avaliativos foram desenvolvidos pelo CAED/UFJF, em parceria com a SEE-MG, com objetivo das escolas analisarem os dados das avaliações internas e externas, de forma coletiva e participativa com toda comunidade escolar e assim produzirem um Plano de Ação para melhorar as práticas pedagógicas. Nosso objetivo foi analisar as dificuldades e acertos vivenciados pelas escolas no cumprimento de prazos e ações propostas pelos Itinerários Avaliativos, principalmente seu uso no planejamento pedagógico da escola. Como referencial teórico, dialogamos com autores que trabalham a temática das avaliações em larga escala e sua apropriação e uso como instrumento de planejamento pedagógico conforme abordado por Machado (2012), Bauer; Alavarse; Oliveira (2015), Deppresbiteris (2001), Ferreira (2015), Querido (2016), Sousa; Oliveira (2010), Silva (2017), entre outros. Como metodologia, analisamos os Relatórios de Acompanhamento dos Itinerários Avaliativos, encaminhados pela Superintendência de Avaliação da Educação da SEE-MG à 38ª SRE de Ubá e a tabulação do questionário on line aplicado às escolas e assim levantamos que as principais dificuldades apresentadas estão relacionadas à ausência de capacitação e ao tempo reduzido disponível para executar todos os itinerários estabelecidos e dificuldades de acesso à plataforma on line. Para minimizar as dificuldades elaboramos um Plano de Ação Educacional (PAE) que propõe a formação continuada dos servidores envolvidos, a redução do quantitativo de Itinerários Avaliativos, sua inserção do PPP da escola e melhorias na plataforma de acesso. As ações do PAE têm objetivo de melhorar a eficácia no processo de implementação dos Itinerários Avaliativos na rede estadual de Minas Gerais.

Palavras-chave: Itinerários Avaliativos. Avaliação em larga escala. Planejamento de ações educacionais.

GT 2 Avaliação Educacional

Coordenação: Profa. Dra. Rosângela Veiga Júlio Ferreira

A articulação entre avaliação institucional da escola e o projeto político pedagógico em uma Rede Municipal de Ensino

Regilson Maciel Borges
Paulo Henrique Arcas
Sheila Souza Jorge

A avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores e implica na avaliação do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com o propósito de analisar se as ações propostas estão cumprindo seus objetivos, identificar as dificuldades nos casos em que os objetivos não estejam sendo alcançados e propor novas ações que garantam que a escola cumpra sua função social. Com base nisso, esta pesquisa em andamento pretende promover processos de autoavaliação institucional nas escolas de educação infantil e ensino fundamental de uma rede municipal de ensino do sul de Minas, com o propósito de revisar os PPP das escolas educação infantil e ensino fundamental envolvidas no projeto. No desenvolvimento do projeto serão utilizados como ferramentas de autoavaliação institucional os Indicadores da Qualidade na Educação e serão trabalhados os aspectos teóricos, normativos e metodológicos relacionados a avaliação institucional, gestão escolar democrática e projeto político pedagógico tomando como referência os trabalhos de Freitas (2009), Brandalise (2010), Sousa (2014), Dourado (2007; 2009), Paro (2011), Vieira (2009), Veiga (2005) e Vasconcellos (2010), respectivamente. Com esta pesquisa, que se caracteriza como uma Pesquisa Ação, espera-se promover entre os profissionais da rede municipal o conhecimento sobre os processos de avaliação institucional; estimular que as escolas participantes do projeto implementem e desenvolvam práticas de autoavaliação institucional que sirvam para a melhoria e democratização da gestão escolar e para a promoção de uma cultura de avaliação institucional nas escolas da rede municipal; e utilizar os processos de avaliação institucional como estratégias para a reformulação dos PPP das escolas envolvidas.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Projeto Político Pedagógico. Formação de Gestores.

Investigando práticas inovadoras de avaliação da aprendizagem em Matemática

Rafael Filipe Novôa Vaz
Daniel de Oliveira Lima
Carlos Augusto Aguiar Junior
Paula Monteiro Baptista

Este trabalho tem o objetivo de discutir investigações empreendidas pelo Grupo de Pesquisa em Avaliação, do Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática (PEMAT), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Normalmente aplicadas no final de um ciclo de aprendizagem, as provas são concebidas em uma filosofia positivista que atribui a esse instrumento um caráter de imparcialidade e justiça (MORGAN, 2000). Realizando pesquisa em multicorreção, Vaz e Nasser (2018; 2019) obtiveram resultados que contestam a objetividade em exames discursivos de Matemática. Para esses autores, a subjetividade do corretor tem papel relevante na avaliação. A partir desse questionamento, nosso grupo passou a estudar modelos mais dinâmicos, buscando instrumentos avaliativos que promovam uma melhor leitura do conhecimento dos estudantes, a fim de estabelecer uma relação de ensino e aprendizagem significativa. Numa perspectiva crítica, além de evitar os desvios de subjetividade e os vieses na correção das provas, é preciso considerar instrumentos avaliadores mais democráticos para construir pontes entre professores e alunos. Deste modo, foram testados modelos de avaliação envolvendo a prova em fases ou em grupo, provas com questões elaboradas e corrigidas pelos próprios alunos e provas individualizadas, em que as questões resolvidas por cada aluno dependem do seu grau de aprendizagem do tópico avaliado, e até a ausência de provas formais. (NASSER et al, 2019). Considerando as avaliações em larga escala, entendemos que as habilidades e competências avaliadas refletem aprendizagens importantes para o desenvolvimento do estudante (AGUILAR JÚNIOR, ORTIGÃO e COSTA, 2019). Faz parte de nossas ações discutir o papel dessas avaliações como possibilidade de feedback qualificado para o repensar docente voltado às aprendizagens matemáticas.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem, instrumentos inovadores, avaliação em larga escala

Avaliações Externas e a Gestão Pedagógica: estudo de caso de uma escola mineira

Alessandra Aparecida Carvalho Aguiar

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir como o uso dos resultados das avaliações externas do SIMAVE pode contribuir com a gestão pedagógica da escola pesquisada. Os objetivos definidos para este estudo são analisar como a equipe pedagógica realiza a apropriação dos resultados do SIMAVE; descrever como é realizado o trabalho de apropriação dos resultados das avaliações do SIMAVE e as estratégias para melhorar as habilidades de leitura e escrita na escola; entender como os professores e especialistas relacionam os resultados das avaliações externas com a prática pedagógica e propor estratégias para aprimorar a utilização dos dados fornecidos pelas avaliações externas em prol da melhoria do desempenho escolar. Assumimos como hipótese de pesquisa que a apropriação dos dados das avaliações pela equipe gestora pode contribuir com a gestão pedagógica e consequentemente melhorar o desempenho escolar. Para tanto, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica e de campo, de natureza qualitativa e fundamentada em autores de destaque na área educacional como Heloísa Lück, Alícia Bonamino, Cristine Machado, Maria Helena Castro, dentre outros. E como instrumentos a análise documental do Currículo Básico Comum de Minas Gerais para um comparativo com as matrizes de referência das avaliações externas do SIMAVE, além da formação de grupos focais com supervisores e professores do 3º e 5º anos de escolaridade. A partir dos dados coletados e sob a luz dos referenciais teóricos foram levantadas as possibilidades de uso adequado da apropriação dos resultados para subsidiar a formulação do Plano de Ação Educacional. Este texto é para qualificação, os instrumentos de pesquisa foram citados mas não foram aplicados.

Palavras-chave: Avaliação externa. Apropriação. Gestão Pedagógica.

A gestão pedagógica e o uso de dados do Simave na SRE de Manhuaçu

Mariana Aguiar de Carvalho Protes
Mariana Aguiar de Carvalho Protes
Luísa Gomes de Almeida Vilardi
Wagner Silveira Rezende

A presente pesquisa está em processo de desenvolvimento no contexto do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAEd/UFJF) e busca compreender como acontece a gestão pedagógica e o uso de dados do Simave na SRE de Manhuaçu. Assim, os objetivos definidos para este trabalho são: descrever o processo de uso de dados das avaliações do Proalfa e do Proeb no âmbito da SRE de Manhuaçu, através da implementação do Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) e dos Itinerários Avaliativos; bem como analisar os desafios e as possibilidades da gestão pedagógica na utilização dessas informações. Ademais, pretendemos elaborar um Plano de Atuação Educacional que trate do letramento em avaliação direcionado a diretores escolares. Em um primeiro momento, realizamos uma pesquisa bibliográfica no banco de dissertações do PPGP para compreender e melhor situar nosso objeto de pesquisa. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental sobre as políticas de uso de dados da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, bem como também uma pesquisa exploratória com alguns sujeitos que participaram do processo de implementação do PIP e dos Itinerários. Como ação metodológica futura pretendemos aplicar questionário para os 74 diretores da regional. Para embasar a discussão teórica acerca do objeto de pesquisa selecionamos os referenciais de Polon e Bonamino (2011) para refletir sobre a influência da liderança pedagógica em escolas com os melhores resultados e Lück (2009) para compreender as características da gestão de resultados educacionais e da gestão pedagógica. Os resultados parciais encontrados apontam que os programas da SEE/MG que incentivam a apropriação de dados do Simave necessitam de complementação e aprimoramentos. Diante disso, é de suma importância a atuação do órgão regional na capacitação dos diretores escolares com enfoque na gestão pedagógica e no uso destes dados no processo de planejamento.

Palavras-chave: Gestão pedagógica. Uso de dados. Simave.

Apropriação dos resultados das avaliações do Spaece: estudo de caso de uma escola estadual de ensino médio do Ceará

Rachel Braga Alves de Matos
Luísa Gomes de Almeida Vilardi

O presente trabalho é fruto da pesquisa de mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAEd/UFJF) que buscou compreender como os gestores e professores de uma escola cearense se apropriam e utilizam os resultados das avaliações do SPAECE no desenvolvimento de suas ações pedagógicas. Frente a isso, os objetivos específicos definidos foram: i) descrever a política estadual de avaliação educacional e o contexto da Escola SB; ii) analisar como acontece a apropriação e utilização dos resultados do SPAECE na Escola SB e iii) propor à escola ações que promovam uma melhor apropriação dos resultados do SPAECE e a auxiliie a alcançar os resultados esperados. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso (YIN, 2001). Na coleta dos dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com os gestores e aplicamos questionário com todos os professores da escola pesquisada. Os dados coletados foram analisados a partir dos seguintes referenciais teóricos: Bonamino e Sousa (2012), Brooke e Cunha (2011), Machado (2012), Sousa e Oliveira (2010), Blasis (2013), Fontanive (2013), Lück (2009) e Sawicki e Pagliarin (2018). Os resultados apontam que os gestores e professores da escola reconhecem o SPAECE como ferramenta pedagógica porém, apresentam dificuldades para interpretar seus resultados e utilizá-los. As práticas de apropriação desenvolvidas na escola, enfatizam a leitura de dados e uma análise quantitativa, em detrimento de uma reflexão pedagógica. Diante disso, propomos um Plano de Ação Educacional voltado para formação continuada, a fim de potencializar a atuação do gestor escolar frente às práticas de apropriação de resultados desenvolvidas na escola, ressignificando esse processo, de modo que esses dados possam ser melhor compreendidos e utilizados pelos professores no planejamento das aulas, com foco na melhoria da aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão Pedagógica. Spaece. Apropriação de Resultados.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) como aliado da aprendizagem

Lucia Kelly Souza Menezes
Luísa Gomes de Almeida Vilardi

Este trabalho discutiu as possibilidades de utilização pedagógica dos resultados do SPAECE, visando à melhoria da aprendizagem dos alunos do 1º ano numa escola estadual de ensino médio do interior cearense. Essa escola tem apresentado índices elevados de reprovação nas turmas de 1º ano, devido às dificuldades de aprendizagem dos estudantes, causadas pela defasagem em conhecimentos básicos de Português e Matemática. Nesse contexto, os resultados individuais do SPAECE do 9º ano do ensino fundamental são fontes de informação sobre os níveis de proficiência dos alunos do 1º ano. Assim, tivemos como questão norteadora: De que forma os resultados do SPAECE do 9º ano do ensino fundamental da rede municipal podem subsidiar a gestão pedagógica de uma escola de ensino médio da rede estadual? Fundamentamo-nos em Dubet (2008), que apresenta a concepção de escola justa, e em autores que abordam o papel das avaliações externas na construção da qualidade da educação, tais como: Blasis (2013), Bonamino e Sousa (2012), Brooke e Cunha (2011) e Machado e Alavarse (2014), dentre outros. A pesquisa trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, e os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a membros do núcleo gestor e professores da escola investigada. Na análise dos dados, verificamos que a apropriação dos resultados da própria escola é incipiente e que não é feito nenhum trabalho com os resultados individuais do SPAECE do 9º ano. Para contribuir com o estabelecimento de uma cultura de apropriação e uso dos resultados do SPAECE na escola, elaboramos um Plano de Ação Educacional, com ações voltadas para: a formação continuada para os professores, com a temática da avaliação educacional; a realização de oficinas de apropriação de resultados e elaboração coletiva das ações de intervenção, a partir dos dados analisados; e o envolvimento de alunos e pais nesse processo.

Palavras-chave: Gestão Pedagógica. Uso dos dados. Spaece.

Avaliação da alfabetização: uma proposta de revisão para a consciência fonológica

Rachel Garcia Finamore
Rosângela Veiga
Daniel Eveling da Silva

Esta pesquisa tem como tema a avaliação em larga escala da alfabetização, tratando especialmente dos itens que avaliam a competência da consciência fonológica. O objeto de pesquisa concentra-se na análise pedagógica, linguística e estatística dos itens que compõem o corpus de itens que compõem o banco do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), que aferem as habilidades relacionadas à competência: identificar o número de sílabas de uma palavra, identificar rimas, identificar variações de sons e grafemas, ler palavras formadas por sílabas canônicas e ler palavras formadas por sílabas não canônicas. Essa análise subsidiará a resposta para a pergunta que norteará este trabalho: O que a produção acumulada de itens traz de informação sobre a condição de alfabetização dos estudantes? Esse trabalho justifica-se pela necessidade de revisitar os itens e as habilidades avaliadas periodicamente para que as informações acerca dessa competência, fundamental para a alfabetização da criança, consiga informar mais precisamente às redes de educação os avanços cognitivos dos estudantes. Quanto ao objetivo geral, inicialmente, está ancorado na revisão dos itens e habilidades, determinando as dificuldades quanto à execução das tarefas e proposição de novas habilidades, de acordo com as evidências descobertas durante a análise. A metodologia aplicada para essa pesquisa será a análise quantitativa e qualitativa dos itens a fim de delimitar os níveis de dificuldades apresentados por cada habilidade, além de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo banco de itens CAEd/UFJF e um painel de especialistas para verificação das evidências empíricas. Como encaminhamento desta pesquisa, elenca-se novas proposições de classes e habilidades para a matriz de referência de avaliação, uma proposta que contribua com a formação dos analistas de elaboração de itens e a revisão dos padrões de desempenho que revelam a condição de alfabetização do estudante.

Palavras-chave: Avaliação. Alfabetização. Consciência Fonológica

A Escola Municipal Barro Branco X Avaliações Externas

Vanessa Serafim da Silva
Josely Ferreira Ribeiro

Este estudo é uma pesquisa inicial que traz como foco de investigação e discussão a organização escolar e as propostas pedagógicas desenvolvidas em uma escola localizada no município de Duque de Caxias, baixada fluminense da cidade do Rio de Janeiro: a Escola Municipal Barro Branco. O destaque a ser dado a essa escola está no fato de não realizar nenhum tipo de avaliações externas, seus professores são atuantes em militâncias sindicais e exercem a gestão democrática através de eleições mesmo antes dessa conquista ser contemplada para todas as escolas de Duque de Caxias/RJ. Destacar o trabalho desenvolvido nesta escola se faz pertinente quando se é reconhecido o uso das avaliações externas como um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e como monitoramento da sociedade sobre a educação no Brasil. Objetivo geral: analisar os desdobramentos e as implicações da não participação nas avaliações de larga escala no processo ensino-aprendizagem da Escola Municipal Barro Branco. Objetivos específicos: (1) acompanhar e analisar o funcionamento da escola e os documentos que norteiam a organização curricular e o plano pedagógico da unidade; (2) analisar e refletir sobre as relações sociais e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola; (3) diagnosticar e analisar os dados sobre a aprendizagem e quais são os indicadores de avaliação adotados pelos professores. Para fundamentar esta pesquisa, serão utilizados os trabalhos acadêmicos de FREITAS (2013), FERNANDEZ (1989), NÓVOA (1995), PARO (2001) e SAVIANI (1999). A metodologia que será adotada nesta investigação em andamento será de abordagem qualitativa de caráter exploratório, para a qual se fará uso da pesquisa documental, de observação participante e das entrevistas semiestruturadas com os gestores, coordenadores, professores e demais sujeitos da comunidade escolar como instrumento de produção de dados. Nas considerações finais relataremos as percepções verificadas e analisadas ao longo dessa investigação.

Palavras-chave: Avaliações Externas. Organização Escolar. Identidade Escolar.

GT 3 Tecnologias e Educação

Coordenação: Profa. Dra. Maria Isabel da Silva Azevedo
Alvim

Gestão de Competências Digitais de Professores de Educação Básica (GCDPEB)

Artur Pires de Camargos Júnior

Na interseção entre as dimensões pedagógica e administrativa da gestão escolar, encontra-se a formação docente continuada. Em tempos de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, a utilização destes recursos deve ser discutida por professores e gestores escolares. Esta pesquisa aborda, então, a metodologia de Gestão de Competências Digitais de Professores de Educação Básica (GCDPEB) como forma de promover a formação docente continuada. Neste sentido, o objetivo geral é conhecer essa metodologia para o desenvolvimento de competências digitais de professores em escolas de Educação Básica. O estudo fundamenta-se em relações estabelecidas entre conceitos de cibercultura, gestão escolar, competências digitais e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Além disso, apresentaram-se as etapas da Gestão de Competências Digitais de Professores de Educação Básica. Optou-se por uma abordagem metodológica de caráter qualitativo, cunho exploratório e com procedimentos de pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa baseou-se em livros físicos/virtuais e artigos publicados em revistas científicas disponíveis na Internet. O estudo permitiu coletar e apresentar fundamentos teóricos que indicam a complexidade da gestão escolar no contexto cibercultural em relação ao desenvolvimento de competências digitais de professores em escolas de Educação Básica. Destaca-se o contexto interno e externo da escola como elemento que pode fornecer recursos físicos e humanos para o desenvolvimento de competências digitais de professores. Considera-se que a GCDPEB surge como metodologia que pode favorecer o trabalho de gestores escolares no que se refere à formação docente continuada para a utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. A GCDPEB pode, assim, contribuir para o desenvolvimento de uma cultura digital em escolas de Educação Básica.

Palavras-chave: Gestão escolar. Competências digitais. Professores.

Cinema na sala de aula: contribuições da sétima arte para o ensino do empreendedorismo

Júlio Cesar da Silva

Anne Jeferson Corrêa da Silva

Marcio Bruno de Almeida Vasconcellos Rosa

Empreendedorismo, para Baggio e Baggio (2014), é a arte de fazer acontecer utilizando criatividade e motivação, e seu desenvolvimento contribui, segundo Rocha (2017), para alavancar a economia brasileira. Diante disso, delegou-se uma posição estratégica à educação empreendedora no país, com o objetivo de desenvolver indivíduos empreendedores, autônomos, detentores de competências múltiplas, com capacidade de aprender e adaptar-se a situações novas e complexas, capazes de enfrentarem novos desafios e promoverem transformações (OLIVEIRA et al., 2016). Todavia, essa educação não deve ocorrer como nas demais disciplinas, apenas com a simples transmissão de conhecimento (HENRIQUE; CUNHA, 2008), é preciso inserir, conforme apontam Machado, Lenzi e Manthey (2017), a inovação no ensino e nas etapas do aprendizado. Esta pesquisa documental, descritiva, de abordagem qualitativa, teve como objetivo identificar lições de empreendedorismo presentes em alguns filmes selecionados, de forma a recomendá-los para o ensino do empreendedorismo, já que a sétima arte possibilita (ROCHA; FREITAS, 2014) o desenvolvimento do pensamento crítico e analítico, além de associar o contexto assistido com o conhecimento teórico e estimular a discussão em grupo e o debate de ideias. Os seguintes filmes foram analisados: Joy, o nome do sucesso; À Procura da Felicidade; Coco antes de Chanel; Chef; Steve Jobs; Fome de Poder; Walt antes do Mickey; A Rede Social; Piratas do Vale do Silício e O Aviador. Dentre as diversas lições de empreendedorismo identificadas nos filmes, estão planejamento, perseverança, inovação, ousadia, conhecimento, curiosidade e resiliência, características necessárias a um empreendedor. Sendo assim, a utilização de filmes no ensino empreendedor deve ser uma prática presente, pois o cinema transmite a impressão de que a própria vida é vista através da tela (BERNARDET, 2012), o que possibilita contextualizar o conteúdo, experimentar vivências que se aproximam da realidade, despertar a criatividade e o interesse, além de estimular o debate e o pensamento crítico.

Palavras-chave: Educação Empreendedora. Ensino. Sétima Arte

R.E.A.C.T Biblioteca: invenções digitais na/para uma nova biblioteca escolar

Cristiane Marcelino Sant'Anna
Cristiane Lopes Carvalho Nikel
Shirley dos Santos Lira

Objetiva compreender como se dá a autoria de objetos de aprendizagem por crianças do 4º ano do ensino fundamental do Colégio Pedro II, Campus Realengo I no contexto da cibercultura. Após várias parcerias entre a disciplina informática educativa, núcleo comum e artes visuais, vivenciando a docência compartilhada no que se refere ao planejamento de ações frente a um conteúdo curricular, surge o projeto R.E.A.C.T Biblioteca - empiria desse trabalho. Inicialmente é uma parceria entre a Biblioteca e a disciplina Informática Educativa, aberta a outras disciplinas e movimentos, e tem como objetivos motivar a criação de objetos de aprendizagem a partir do exercício da leitura e escrita do material disponível na escola, formando um repositório para acervo da biblioteca, refletindo e multiplicando saberes. O laboratório de Informática Educativa e a biblioteca escolar são locais estratégicos para integração de saberes, para aprender a aprender e promover a cultura da escrita/leitura e pesquisa através das Tecnologias da Comunicação e Informação (Tic's). Como referencial teórico utilizaremos autores como Freire, Edméa Santos, Marcos Silva, Nilda Alves, Inês Oliveira, Jorge Amando Valente, Lévy, Glória Roca e manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Já os pressupostos metodológicos e epistemológicos utilizados estão sendo os da pesquisa-formação e da pesquisa nos/com/os cotidianos tendo como objetivo não coletar dados e sim construí-los com os praticantes, pensando em práticas intencionais que proporcionem experiências formativas tanto para os alunos quanto para os professores. Os achados apresentados são um chamado à reflexão sobre novos atos de currículo e do potencial que eles têm sob as autorias coletivas de crianças quando mediadas por um professor e biblioteca no uso das tecnologias, além da avaliação receptiva dos próprios alunos ao descreverem prazer em reagir às leituras com maior autonomia, na produção de seus primeiros objetos de aprendizagem.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Informática Educativa. Letramento.

Explorando estatística com planilhas eletrônicas em um estudo interdisciplinar

Adriana de Sá Barcelos Cavaco
Paula Monteiro Baptista

Este trabalho apresenta uma pesquisa, já concluída, sobre atividades estatísticas com a utilização de planilhas eletrônicas em uma abordagem interdisciplinar de Matemática e Geografia, por meio do estudo de climogramas, para a Educação Básica. Essa pesquisa tem como objetivo elucidar as seis metas expressas no documento Gaise Report College (ALIAGA et al., 2011 apud LOPES, 2013), que devem ser consideradas no trabalho de estatística com os alunos. De acordo com Lopes (2013), uma das recomendações mais importantes feita pelo documento Gaise Report College é o uso tecnologia para o desenvolvimento de conceitos e análise de dados, uma vez que a tecnologia trouxe mudanças no trabalho estatístico. Quando MORENO-ARMELLA et al. (2013) relata a mudança de mídias estáticas para dinâmicas voltadas para a sala de aula, é mencionado que essa transição evolutiva pode ser modelada através de cinco estágios de desenvolvimento e que cada um deles ainda pode ser evidente nas salas de aula de matemática do século XXI. De acordo com esse artigo, o uso de planilhas eletrônicas está classificado no estágio 4, dinâmica discreta. Nesse estágio, pode existir a co-ação entre usuário e ambiente, a planilha mais os dados mais a ação do usuário gera um conjunto de dados representados, ou até mesmo, discretizados - considerando que discretizar é o processo de transferência de funções contínuas em contrapartes discretas. Dessa forma, essa pesquisa buscou estudar as potencialidades e limitações do uso da planilha eletrônica, à luz da co-ação entre usuário e ambiente, em prol da construção de atividades mais significativas. Referências: LOPES, C.E.. Educação estatística no curso de licenciatura em matemática. *Bolema. Boletim de Educação Matemática* (UNESP. Rio Claro), v. 27, p. 901-915, 2013. MORENO-ARMELLA, L.; HEGEDUS, S.J.; KAPUT, J. From static to dynamic mathematics: historical and representational perspectives. *Educational Studies in Mathematics*, v. 68, p. 99-111, 2008.

Palavras-chave: Estatística; Planilha eletrônica. Interdisciplinaridade

Tecnologias na Educação de Jovens e Adultos: desafios e limites

Anaquel Gonçalves Albuquerque

Vivemos em uma sociedade marcada por contínuas transformações, de maneira que as escolas precisam adaptar-se aos avanços das tecnologias, desenvolvendo práticas que possibilitem o domínio e apropriação crítica destes meios. Para Moran (2001) o uso das tecnologias na educação caracteriza um desafio contemporâneo que não foi enfrentado com profundidade. Neste sentido, o presente trabalho traz uma discussão sobre o uso das novas tecnologias na educação de jovens e adultos (EJA), a partir de relato de experiência realizada em uma escola pertencente à rede municipal do Rio de Janeiro, sendo apresentadas as dificuldades encontradas por esses alunos, em meio às rápidas transformações sociais proporcionadas pelas tecnologias face ao atual cenário nas escolas públicas deste estado. O estudo tem por base a metodologia qualitativa, tendo a discussão teórica fundamentada em autores como Kenski (2007) e Moran (2001;2009), escolhidos por problematizarem a relação entre tecnologia e educação. Por meio deste estudo pretende-se contribuir para a reflexão sobre a formação continuada dos professores que atuam nesta modalidade de ensino, no sentido de compreender a importância da tecnologia para o desenvolvimento da autonomia, autoestima e criticidade destes estudantes. O estudo aponta que as principais dificuldades encontradas na utilização das tecnologias na educação de jovens e adultos consistem na falta de infraestrutura das escolas públicas associada às lacunas existentes na formação docente e continuada de professores, no sentido de utilizar as novas tecnologias como ferramenta pedagógica no cotidiano escolar. Referências: KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007. MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus, 2001. MORAN, José Manuel. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. 16 ed. Campinas: Papirus, 2009.

Palavras-chave: Tecnologia- educação- formação de professores

O (des)uso das tecnologias no ensino fundamental

Claudia Tavares do Amaral
Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino

O presente estudo visa apresentar os resultados decorrentes de pesquisa, cujo objetivo geral baseou-se na compreensão de como as instituições públicas de educação básica tratam o efetivo manejo das tecnologias disponíveis para utilização na escola, tanto pelos professores quanto pelos estudantes. Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa e naturalística foram coletados dados in loco a partir de observações no período de agosto de 2018 a março de 2019 em quatro escolas públicas de ensino fundamental no município de Catalão, Goiás. Autores como Carvalho e Alves (2015), Costa (2004), Filmus (2004), Moreira e Monteiro (2015), Kenski (2006, 2012, 2015) e outros serviram de suporte para a compreensão do objeto de pesquisa. Os dados apontam para a existência de expressivo distanciamento entre professores e o uso das tecnologias no campo escolar, não compreendidas como relevantes para a relação aluno x aprendizagem. Os professores entendem que tal utilização não agrega conhecimentos aos alunos e por isso quase não a empregam. Entretanto, quando o fazem, é como meio de distração, com a exibição de vídeos que muitas vezes não integram o planejamento didático, mas que possibilitam que os estudantes se aquietem. Para além disso, os dados apontam também para a falta de formação dos professores para utilização das tecnologias em sala de aula, além da escassa estrutura, que não permite que possam explorar os equipamentos e suas funcionalidades, acabando por ministrar suas aulas de forma a não contar com o uso das tecnologias.

Palavras-chave: Ensino fundamental. Tecnologias na educação. Didática.

GT 4 Diversidade e Desigualdade na Educação

Coordenação: Profa. Dra. Ana Rosa Costa Picanço
Moreira

Pedagogia da Convivência: a (in) visibilização do conflito como gerador de violência.

Angelica Cristina Bezerra
Claudio de Oliveira
Liliane Machado Vieira da Costa

O trabalho é um relato de experiência educativa desenvolvida no II Seminário Formativo em Pedagogia Social a fim de contribuir na formação dos estudantes da graduação e pós-graduação. Neste sentido, analisar as práticas educativas no meio de conflito em espaços escolares e não escolares, destacando os fenômenos da autoflagelação, bullying, cyberbullying e relações virtuais abusivas. No intuito de pensar a formação de professores para lidar com as questões anteriormente expressas, como também, as possibilidades de construções de práticas pedagógicas que contemplem as imbricações sociais, psicológicas e pedagógicas que colaboram para o desenvolvimento humano dos adolescentes e jovens em espaços educativos. A Pedagogia da Convivência apresenta-se como um aporte teórico e um possível direcionamento para configuração de ações pedagógicas que possibilitam ao estudante do ensino superior uma prática interventiva, não negando a existência do conflito em sua atuação profissional. Configurar, a partir do conflito, problematizações sobre o convívio social e a valorização do indivíduo que sofre com a dor psíquica. A angústia passa ser um elemento para compreensão de si e de outrem, no intuito de desenvolvimento de novos saberes e/ou fazeres, para conviver com a diferença e a desconstrução na ação docente da promoção da violência em suas diversificadas vertentes, sejam ela: física, psicológica, política e institucional, sexual e/ou de gênero e entre outras maneiras de deslegitimar a existência da diversidade nos arranjos sociais.

Palavras-chave: Pedagogia da Convivência. Conflito. Violência.

Inclusão excludente? relato de uma experiência educativa como mediador numa escola do Rio de Janeiro

Jorge Henrique da Costa Rabelo

Este relato de experiência é fruto da atuação como mediador de inclusão, num colégio particular do Rio de Janeiro, com alunos do 1º do Ensino Médio e tem, como objetivo, compartilhar esta experiência educativa bem como as angústias obtidas neste processo. Convém sinalizar que, assim que cheguei para a entrevista com a Psicopedagoga da instituição, fui informado das especialidades (Dislexia, TDA, TDAH, DI e TGD) de cada um dos cinco adolescentes que eu teria de mediar na mesma sala de aula. Tendo assumido o desafio, comecei um processo de diálogo (JARES, 2008) com os estudantes e observei que os mesmos eram negligenciados e segregados – por estarem fora de um padrão que a sociedade convencionou a significar como ‘normal’ e, neste contexto, foi possível identificar professores que, ao explicarem os conteúdos de suas disciplinas, não construíram um olhar que amparasse a todos e todas. Esta unidade escolar utiliza de um sistema que já dispõe de um planejamento pronto – o que pressiona o professor a cumprir o que está pré-fixado, não permitindo, portanto, uma flexibilidade necessária para dar conta de outras demandas. E, por falar em demandas, venho percebendo que alguns mediados, quando não entendem determinado conteúdo, dormem, manuseiam o celular e começam a conversar paralelamente. Um destes mediados é mais “assistencializado” do que os demais, uma vez que não apresenta estereótipos e nem, tampouco, aparenta comorbidades que o coloque em evidência. Sua aparência simpática entre seus pares facilita com que a dislexia, que ele apresenta, seja ignorada de alguma forma. Todos os mediados têm seus acompanhamentos terapêuticos, no entanto, não conheço, neste contexto, nenhum projeto de sensibilização para que eles sejam mais percebidos na sala de aula a fim de que a inclusão não seja excludente (KUENZER, 2007) – o que evidencia, portanto, a necessidade de ampliar os diálogos acerca desta temática.

Palavras-chave: Inclusão. Mediação. Desigualdade na Educação.

Experiências de estudantes disléxicos em narrativas sobre a escola - manutenção da monoculturalidade e da centro-periferização na era da superdiversidade e inteligibilidades para mudanças

Talita Rosetti Souza Mendes

Leonardo Vinicius Chermont Muniz de Sá

Marcada pela intensificação de uma trepidante globalização, a modernidade recente é caracterizada por uma série multidimensional de processos que criam, multiplicam e intensificam câmbios e interdependências sociais (Streger, 2003). Kumaravadivelu (2006), diante disso, observa questões quanto à distância, ao tempo e à fronteira: ao passo que os dois primeiros diminuíram, a última parece desaparecer. Nesse contexto, numerosos movimentos conectam comunidades, configurando o mundo, conforme Estefogo (2017), em uma aldeia superdiversa. A superdiversidade (Vertovec, 2007) faz referência à “diversificação da diversidade” e, se ela é uma realidade em todos os lugares, avança para dentro dos ambientes pedagógicos. Institucionalmente, entretanto, conforme Candau (2011), a escola ainda apresenta postura monocultural e, segundo Earp (2007), ela se configura como espaço topografado em uma estrutura centro-periférica. Nela, estudantes disléxicos, por apresentarem idiosincrasias, enfrentam dificuldades para desenvolvimento. Este trabalho, assim, tem como objetivos: (1) analisar, nas narrativas de jovens disléxicos, quais movimentos contribuem para a construção da marginalização do diferente em uma estrutura centro-periférica; (2) criar inteligibilidades sobre inclusão e exclusão escolar na era da superdiversidade. A perspectiva teórica situa-se em estudos da Narrativa (Labov, 1972; Linde, 1993, Oliveira e Bastos, 2001) e da Linguística Aplicada (Moita Lopes, 2006, 2013; Fabrício 2006). São também utilizados estudos sobre accounts (Scott e Lyman, 1968; Buttny e Morris, 2001), e diálogo construído (Tannen, 1989). A metodologia, qualitativa interpretativa (Denzin e Lincoln, 2003), acontece no âmbito da entrevista de pesquisa (Mishler, 1986). Os dados constituem-se de entrevistas realizadas no contexto de uma pesquisa mais abrangente. Os resultados apontam para um uso recorrente de diálogos construídos e de accounts que revelam que, enquanto as fronteiras do mundo globalizado se diluem, as barreiras presentes na escola resistem e periferizam na tentativa de neutralizar a (super)diversidade, o que assinala a relevância desse estudo: a necessidade de reconstruir práticas que não se revelam plurais.

Palavras-chave: Dislexia. Superdiversidade. Centro-Periferia.

A menina da sapatilha vermelha: discutindo identidades e superação de preconceitos em salas de aula do Ensino Fundamental I

Allan Silva Gomes
Vanessa Lopes Bueno

Este trabalho convida a refletir, a partir da perspectiva da literatura infantojuvenil (ANDRADE, 1986) e de práticas pedagógicas de letramento literário (KLEIMAN, 2004) com alunos do Ensino Fundamental I, sobre a construção de identidades de crianças em fase de escolarização e de interação social. Para isso, utilizar-nos-emos da obra literária infantojuvenil “A menina da sapatilha vermelha” (AZEVEDO; FERREIRA, 2018), da editora Paratexto, como instrumento pedagógico e corpus pensado a partir da Análise do Discurso (BAKTHIN, 1997). As questões abordadas neste trabalho atravessam conceitos como Raça (HALL, 2000), Multiculturalismo (MUNANGA, 2012) e Preconceito (ALMEIDA, 2019) alinhados à noção de identidade, mas também absorvem discussões como Bullying na Escola e autoestima infantil. Para tal, utilizamos uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Barra do Piraí, como laboratório e a proposição da leitura, discussão e reflexão da obra literária, em três aulas de Língua Portuguesa e Literatura. As aulas, denominadas Rodas Literárias onde nos apropriamos das propostas de Brigação (2014) que nos levam a dispor a turma em atividades em pequenos grupos organizados e círculo a fim que haja uma constante interação corporal e visual, juntamente com as enunciações dos alunos, compõem os objetos de análise desta pesquisa. Entendendo a educação como espaço de superação de práticas discriminatórias (MUNANGA, 2005), a fundamentação teórico-metodológica deste trabalho alinha os conceitos de alteridade, gênero do discurso e práticas discursivas (BAKTHIN, 1997; MAINGUENEAU, 2008), de Linguagem-intervenção (ROCHA, 2004), do Letramento Literário (KLEIMAN, 2004), da Educação Libertadora (FREIRE, 1986) e do Multiculturalismo (MUNANGA, 2012). O trabalho aponta para a reflexão da educação, da literatura, do letramento literário e dos discursos como instrumentalização de saberes que contribuam para a informação, construção de sujeitos e diminuição de atitudes segregatórias.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Letramento Literário. Identidade

A gestão pedagógica da inclusão: a lógica do professor de apoio

ROSANE PIMENTA FARGNOLI

Introdução: A função do Professor de Apoio é identificar junto aos alunos com deficiências e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento suas necessidades de atendimento educacional especializado (AEE) e a partir de então, criar adequações pedagógicas que viabilizem o processo inclusivo. Para que isso seja possível, o referido profissional deverá ter uma formação especializada em Educação Especial. **Desenvolvimento:** A presente pesquisa, iniciou-se pela Revisão Sistemática da Literatura em Educação Especial, tomando como eixo a função do Professor de Apoio, sua atuação, limitações, processos formativos e desafios enfrentados na gestão pedagógica do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Concomitante a isto, procedeu-se a uma ampla pesquisa documental, que incluiu a análise de documentos diversos, de natureza pedagógica e pertinentes a forma como o Professor de Apoio se insere e é percebido no contexto escolar. A fase final dessa investigação diz respeito a pesquisa de campo, que será realizada em duas escolas públicas estaduais, ambas localizadas no município de Sete Lagoas – MG. Uma delas representa uma escola de porte médio, com número bastante significativo de alunos de AEE e de Professores de Apoio. Enquanto que a outra, é uma escola de pequeno porte, com um número reduzido de alunos de AEE e Professores de Apoio, mas com ações inclusivas bastante diferenciadas. **Resultados:** A pesquisa apresenta resultados parciais que deixam antever, dentre outras coisas, o despreparo profissional do Professor de Apoio em gerir o processo de inclusão do AEE. A este fato, soma-se a ausência de um projeto institucional, bem como de políticas públicas voltadas para a formação continuada e em serviço dos Professores de Apoio. Ao confrontarmos as perspectivas dos estudos teóricos, já realizados, com alguns apontamentos da pesquisa documental, revela-se ao pesquisador, no fazer pedagógico do Professor de Apoio, uma espécie de “deslocamento” profissional, supostamente decorrente de suas dificuldades em gerir os processos inclusivos do AEE.

Palavras-chave: Educação Especial Inclusiva. Gestão Pedagógica. Professor de Apoio

Inclusão escolar e Atendimento Educacional Especializado: compreendendo a percepção da comunidade escolar sobre o papel do Professor de Apoio

Andréa Silva Adão Reis
Marcus Bessa de Menezes
Amanda Sangy Quiossa

Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED), da Universidade Federal de Juiz de Fora. O caso de gestão estudado discute o atendimento educacional especializado destinado a estudantes com necessidades educacionais especiais e os processos adotados pela rede estadual de ensino de Minas Gerais para a alocação do Professor de Apoio nas escolas da Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre (SRE). O objetivo da pesquisa é compreender a percepção da comunidade escolar e das equipes da SRE Pouso Alegre sobre o papel do Professor de Apoio no processo de inclusão educacional. Para isso pretende-se descrever o processo de implementação da política de educação especial na perspectiva inclusiva nas escolas estaduais da SRE Pouso Alegre; analisar a atuação do Professor de Apoio e como este profissional é visto pela comunidade escolar e pelas equipes da SRE; e propor ações que possam ampliar a compreensão sobre o papel a ser desempenhado pelo mesmo, visando melhorar os processos de alocação desse profissional nas escolas. Parte-se da hipótese de que apesar das normas estabelecerem a forma de atuação do Professor de Apoio e em quais condições o estudante com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento deverá ter esse atendimento, no cotidiano das escolas há entendimentos diversos entre corpo docente, equipe gestora, pais e comunidade escolar e os próprios profissionais designados para a função, quanto ao real papel que esse profissional deve desempenhar no processo ensino-aprendizagem e de inclusão educacional. As concepções de MANTOAN (2004, 2015), BEYER (2003), TARTUCI (2011) e a documentação oficial de Minas Gerais são os referenciais que sustentam a pesquisa. A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho é a pesquisa qualitativa, visando ouvir os diversos

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Professor de Apoio.

GT 5 Diversidade e Desigualdade na Educação

Coordenação: Profa. Dra. Alesandra Maia Lima Alves

Possibili(ci)dades: cidades possíveis a partir da experiência com crianças da rede estadual de ensino de Ouro Preto (MG)

Raquel Salazar Ribeiro e Souza
Margareth Diniz

Podemos entender a educação como um processo que vai além da transmissão de conhecimentos. Evidencio aqui a educação como processo de constituição das identidades e práticas cotidianas, sendo a cidade o espaço de materialização dessas identidades e práticas. A constituição do sujeito enquanto cidadão só é possível com o reconhecimento das diferenças. E, o que procuro sustentar, é que o caminho mais fácil para essa construção cidadã se dá por meio da educação que se relaciona com a cidade. O objetivo geral do trabalho é compreender como efetuam-se processos educativos que se dão através da educação patrimonial na cidade de Ouro Preto. Em relação ao referencial teórico, serão abordados os campos: 1- educação, com base em autores como Paulo Freire (2002), Anísio Teixeira (1956), Rubem Alves (2011), John Dewey (2007), Morin (2010) e Juarez Dayrell (1996). 2- educação e cidade, em que me ancoro em: Granell e Vila et.al (2003), Jaqueline Moll (2012) (2015), Moacir Gadott (2006) e Paulo Roberto Padilla(2004). E ainda, 3- educação patrimonial, tendo como referências: Ulpiano Meneses (2012), François Choay (2001), José Reginaldo Gonçalves (2002), Simone Scifoni (2016), Sônia Florêncio (2012) e Ana Thompson (2015). Para responder aos meus objetivos da pesquisa é necessário delimitar um caminho metodológico a ser seguido, assim, para entender como a educação pode trabalhar a dualidade de relação sujeito-cidade terei o processo artístico como metodologia de pesquisa, que é desenvolvida por Lúcia Gouvêa Pimentel (2015). Segundo a autora: O processo artístico está ligado intrinsecamente à experiência, uma vez que trabalha com emoção e razão, que são processos vitais profundamente imbricados. Com os resultados espero poder responder as seguintes questões: De que forma a cidade pode ser utilizada como ferramenta de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio cultural? Pode a educação patrimonial mediar a relação sujeito-cidade, para uma percepção mais crítica sobre a produção espaço?

Palavras-chave: Educação. Cidade. Patrimônio

Autoridade docente e gênero: estudo das percepções de estudantes e professores.

Mariana Corradi Bruno
Luciano Campos da Silva

A análise da literatura sobre a autoridade docente aponta uma queixa frequente a respeito de uma crise de valores em sala de aula, indicando um possível declínio da figura do professor e que automaticamente afeta a relação professor-aluno. Assim, indagamos. Um campo docente que historicamente foi feminizado, como é a autoridade da professora em relação a seus alunos e alunas? As relações sociais de gênero influenciam quando uma professora está exercendo sua função de mestre? O objetivo geral deste trabalho é: Investigar as percepções de estudantes, professoras e professores do ensino fundamental sobre a autoridade docente. Para isto irei me valer dos seguintes autores: Senett(2016),

Maya(2000),Aquino(1998),Bastos(2009),Arendt(1954),Kojève(2004),Carvalho(2004), Scott(1990), Butler(2003). Alguns destes pesquisadores irão permear seus estudos sobre a autoridade docente enquanto processo pedagógico, mas quase nunca analisarão a questão da figura do professor relacionada ao seu gênero/sexo. No Brasil, este tema surge de forma implícita em algumas pesquisas científicas, porém internacionalmente falando, nos últimos anos, trabalhos acadêmico, mídias e os próprios órgãos públicos, têm atribuído uma certa importância à questão do gênero vinculado a autoridade docente. Portanto, é necessário que se estude o assunto sobretudo no Brasil. Para responder as questões usarei a abordagem quantitativa a partir de um delineamento de Survey e qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes. Esta pesquisa teve início em 2019 e está em andamento, porém um ponto relevante surgiu ao decorrer da análise de literatura. O sexo/Gênero do aluno também influenciará na autoridade docente?

Palavras-chave: Autoridade docente. Gênero. Sexo

Trajetória escolar das juventudes atingidas no contexto do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Bárbara de Oliveira

Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira

O presente resumo consiste na apresentação da pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. A pesquisa propõe investigar os sujeitos que compõem o universo escolar de duas escolas municipais que foram transferidas, após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, para a cidade de Mariana, Minas Gerais. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender como a tragédia impactou a vida escolar dos estudantes atingidos. Com especificidade, objetiva-se: identificar as concepções de perecimento e identidade dos(as) estudantes atingidos(as); investigar a importância da educação escolar no contexto dos distritos atingidos; realizar o levantamento de políticas públicas voltadas para a educação, no que tange a vida dos sujeitos, após o rompimento da barragem de Fundão; apontar as possíveis alterações nas relações desenvolvidas pela comunidade escolar e a população atingida após o rompimento. Esta pesquisa terá como base a investigação de cunho qualitativo ao problematizar as trajetórias escolares dos jovens atingidos. Para além da necessária revisão bibliográfica e análise documental, a investigação propõe utilizar, como instrumento de coleta de dados, questionário socioeconômico, observação participante e entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: Juventudes. Desastres Ambientais. Trajetória Escolar

Estudos sobre a inclusão de imigrantes na escola brasileira

Romulo Sousa de Azevedo
Claudia Tavares do Amaral

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos provenientes de outros países na escola brasileira. O trabalho está organizado em duas etapas: na primeira iremos expor uma releitura do conceito de inclusão, a partir de Souza e Senna (2016), abrangendo alunos imigrantes como grupo que precisa ter a sua realidade específica considerada, assim como ocorre com estudantes público alvo da educação especial. Na segunda etapa são apresentados alguns desafios da inclusão de imigrantes ao ambiente escolar, bem como os avanços e fragilidades deste contexto. O levantamento de material foi feito a partir de artigos acadêmicos que tratassem da temática inclusão e migração. Ao fim, chegamos a três variáveis dentro do universo temático escolhido: formação de professores - demanda por conhecimentos e habilidades para ensinar um aluno imigrante (SOUZA, SENNA, 2016); currículo – adaptação curricular como meio para facilitar a inclusão do aluno (ARAÚJO, 2017); e cultura – presente principalmente por meio da língua e dificuldades na comunicação (CUNHA, 2015). O resultado aponta que a inclusão não ocorre de maneira efetiva, e quando há ações elas são incompletas, carecendo de melhorias no planejamento e execução. Acreditamos que ao longo dos próximos anos, com o provável aumento de imigrantes no país, maior disseminação da mídia acerca dos diversos movimentos migratórios (haitianos, congoleses, venezuelanos, sírios, bolivianos, entre outros), centralidade da pauta nos debates políticos e envolvimento crescente das universidades públicas com o tema, o cenário poderá mudar, com mais pesquisas, políticas educacionais e ações realizadas, uma vez que no momento, o tema ainda é incipiente, principalmente no diálogo com outros campos, como é o caso da educação.

Palavras-chave: Inclusão. Aluno imigrante. Escola brasileira. Migração.

Desafios na implementação das diretrizes da educação do campo em uma escola do leste de Minas Gerais.

Wender Vicente Teixeira de Moura

Desafios na implementação das diretrizes da educação do campo em uma escola do leste de Minas Gerais. Este estudo objetivou conhecer melhor a escola em questão procurando averiguar os pontos fortes de ligação com o campo que a mesma traz, também buscamos coletar dados sobre a escola, os quais deixou claro a vocação do campo presente no fazer pedagógico diário da escola mesmo que até então ocultamente. Foi utilizado pesquisa de campo e bibliográfica. Inicialmente para buscar evidências de que a maioria dos nossos alunos são residentes de área rural, foi aplicado um questionário para os alunos dos Ensinos Fundamental e Médio regular responderem juntamente com seus pais ou responsáveis onde coletamos dados sobre as atividades econômicas principais que as famílias dos alunos exercem e seus locais de domicílio se urbano ou rural. A pesquisa bibliográfica buscou embasamento teórico que desse sustentabilidade à pesquisa, através da leitura de textos, dissertações, teses e artigos que tratavam do tema e Também foi feito um estudo sobre a legislação atual vigente que trata do tema. Por fim aplicamos um questionário a todos os professores e especialista de educação da escola a fim de levantar o que nossa equipe conhece de educação do campo e a posição deles sobre a viabilidade da implementação das diretrizes na escola. Realizamos também uma entrevista com perguntas não estruturada aos professores efetivos e especialista efetiva, num total de 9 entrevistados. A partir de minha experiência como professor nessa escola e atualmente na situação de Gestor, vendo que o ensino não está totalmente alinhado com a realidade do meio em que a escola está inserida, tive o interesse em investigar o que impede de a escola assumir em sua proposta pedagógica as Diretrizes da Educação do campo, uma vez que a escola atende alunos do campo.

Palavras-chave: Diretrizes da educação do Campo. Educação do campo. Projeto Político Pedagógico.

Horta escolar como laboratório para ensino-aprendizagem de Ciências em uma escola do campo no interior de Aimorés-MG

Daniel Nascimento Ramos

O estudo buscou a viabilidade de implantação de uma horta orgânica escolar como laboratório para ensino-aprendizagem de ciências em uma escola do campo no interior de Aimorés, a pesquisa teve como objetivo analisar de maneira crítica a importância e as possibilidades da horta construída em ambiente escolar do campo. Nesse sentido, colocou-se o ambiente da horta como meio de socialização. A metodologia de cunho qualitativa, do tipo intervenção pedagógica participante, com educandos e professores do 8º ano do Ensino Fundamental (meio período) do turno vespertino. Na Escola Estadual "José Teixeira Franco", localizada no Distrito de Aimorés/MG, que funciona com ensino regular em 2 (dois) turnos matutino e vespertino. Como sujeitos do estudo, foram considerados 21 (vinte e um) educandos, sendo aplicadas três aulas referentes ao ensino de Ciências buscando trabalhar a interdisciplinaridade. A análise dos resultados foi feita com base em uma coleta de dados feita por meio um questionário. A pesquisa foi desenvolvida de forma coletiva, na reunião entre escola e comunidade, com a qual o percurso foi construído. Com a horta, passamos a estar diante de um processo educativo interdisciplinar de cooperação e intercâmbio entre as diversas áreas do conhecimento e de campos profissionais, que enriquecem a abordagem de um tema, sem privilegiar uma disciplina ou outra, pois envolve um trabalho que exige parcerias constantes. Assim sendo, a horta inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que permite o desenvolvimento de diversas atividades educacionais em educação ambiental e de alimentação que liga a teoria à prática de forma contextualizada. Com os resultados é possível concluir que a horta é uma opção de trabalho interdisciplinar, visto que sua construção e manutenção exige a aplicação de diversos conhecimentos e de habilidades, as quais, muitas vezes, são construídas no dia a dia das atividades.

Palavras-chave: Horta orgânica. Educação do campo. Educação Ambiental

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC&T) sobre Pedagogia Social: um projeto em desenvolvimento na Universidade Castelo Branco

Bárbara Carolina Porto de Azevedo
Rafaella Alves de Oliveira
Marcio Bernardino Sirino
Patricia Flavia Mota

O presente trabalho, que se encontra em processo de construção, tem por objetivo inicial identificar espaços não escolares na região da zona oeste do Rio de Janeiro, destacando-se o bairro de Realengo pela sua proximidade com a Universidade Castelo Branco (UCB), atual mantenedora. A pesquisa em questão encontra-se na fase de organização de um levantamento das regiões e bairros que fazem parte da zona oeste e de espaços educativos não escolares onde ações – com base no campo da Pedagogia Social – venham estar sendo desenvolvidas a fim de contribuir nos processos formativos destes espaços com atividades realizadas à luz da Pedagogia de Convivência (JARES, 2008). Por meio do referencial teórico que vimos utilizando (CALIMAN, 2010; PAIVA, 2015, et al), compreendemos a Pedagogia Social como um campo que versa sobre a reflexão teórica das práticas socioeducativas desenvolvidas em espaços escolares e/ou não escolares. Neste sentido, a presença destes outros espaços educativos tende a contribuir na formação de diferentes sujeitos do processo socioeducativo em diferentes nos seguintes aspectos, como vimos costurando nesta pesquisa, por meio de um projeto de iniciação científica na Universidade Castelo Branco, liderado por dois professores da instituição e desenvolvida por duas alunas bolsistas da mesma. Frente ao exposto, faz-se necessário sinalizar que a Pedagogia Social está voltada para uma educação mais propensa a uma escuta sensível ao contexto no qual o sujeito está inserido nessa sociedade, assim como a compreensão sobre como este indivíduo se percebe nesse processo de construção, por vezes, tão à margem da sociedade. Portanto, a prática educativa articulada com a realidade social, nos processos de ensino-aprendizagem, propõe meios de construir um significativo diálogo – produtor de múltiplos sentidos. Neste desfecho, faz-se necessário socializar esta pesquisa, em andamento, a fim de ampliar as discussões acerca da potência formativa presente nos espaços não escolares.

Palavras-chave: Iniciação Científica. Pedagogia Social. Espaços Não Escolares.

ImagoRádio em Movimento: uma experiência sonora no universo da educação

Jonatã Souza Pereira

O trabalho presente faz parte das ações desenvolvidas no Projeto ITEC (Imagem, Texto e Educação Contemporânea) que está veiculado a Faculdade de Educação da UFRJ. Como objetivo, buscamos desenvolver reflexões sobre a educação na contemporaneidade, gerando múltiplas formas de alfabetização midiática na escola. Entendemos que a crescente difusão e circulação das novas tecnologias na cultura, sob a forma de imagem, texto e som, nos dá meios para pensarmos em novas alternativas de formação e trabalho docente. A ImagoRádio em Movimento é um desdobramento da ImagoRádio que é um canal de produção de material sonoro que gera reflexões sobre o universo da educação, que são divulgados no nosso site e nas redes sociais e através de uma cabine física itinerante, na qual os transeuntes podem entrar e ouvir os programas. No ano de 2019 realizamos uma Instalação Artística chamada “ImagoRádio em Movimento: Como a educação nos completa”, na qual os sujeitos foram convidados a uma “re(memorização)” de suas vivências na escola. Criamos áudios que remetiam e ativavam as lembranças desse universo e, através deles, a materialização de uma “imagem-sonora”, com texto criado pelo ouvinte (frase ou palavra). Essas produções foram colocadas em um mosaico dentro da cabine. Foram mapeados dos participantes as suas angústias, alegrias, tristezas e surpresas que envolvem o universo da educação. Como culminância, teremos uma edição da ImagoRádio com esse tema, utilizando os materiais e áudios captados para a construção de um novo programa que está em produção. As ações desenvolvidas pelo ITEC utilizam uma metodologia ligada à pesquisa-intervenção-ação. A atuação se dá em diferentes espaços (intra e extraescolares) pelas ações artístico-culturais que realizamos.

Palavras-chave: Intervenções Artísticas. Experiência Estética. Produções Artístico-Pedagógicas.

A relação universidade-escola de educação básica nas licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora

Lethycia Lopes Pereira

Rita de Cássia Reis

Helena Rivelli de Oliveira

O presente resumo foi desenvolvido com base em uma pesquisa em andamento de mestrado, de natureza qualitativa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. O trabalho concentra-se em discutir a relação universidade-escola de educação básica por meio dos estágios supervisionados obrigatórios na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora, focalizando a constituição de uma relação de parceria entre universidade e escola. Buscamos como objetivos compreender o que a universidade e as escolas fazem para a recepção e promoção dos estagiários no ambiente escolar; investigar junto aos professores da educação básica e os do ensino superior quais as práticas que eles possuem para com os licenciandos e para com as escolas. Foi feita uma análise documental dos registros dos estágios das licenciaturas presenciais, disponibilizados pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Educação. Percebemos que há uma maior concentração de estagiários nas regiões centrais da cidade e em torno da UFJF, uma vez que são de fácil acesso para os estudantes, existe. Entender como esse licenciando chega a essas instituições de ensino e como as trocas formativas são tecidas se constitui para nós um rico espaço de pesquisa. Como proposta metodológica para a coleta dos dados, realizaremos questionários com professores do ensino superior que ministram a disciplina de estágio supervisionado e entrevistas semiestruturadas com dois gestores das escolas que mais receberam estagiários, assim como os dois professores supervisores. Estamos realizando uma pesquisa que possibilite a elaboração de propostas que envolvam protocolos para as escolas estaduais do município de Juiz de Fora para a recepção e acompanhamento dos estagiários com a finalidade de consolidar o estágio supervisionado como um elemento fundante da formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores. Estágio Supervisionado. Relação universidade-escola.

Roda de conversa como espaço de convivência: ações pedagógicas desenvolvidas na Unisuam (Universidade Augusto Mota).

Claudio de Oliveira
Angelica Cristina Bezerra
Liliane Machado Vieira da Costa

Roda de Conversa como espaço de convivência: ações pedagógicas desenvolvidas na Unisuam (Universidade Augusto Mota) Este artigo tem como objetivo geral analisar os elementos da Pedagogia da Convivência em consonância com a Educação em Direitos Humanos. Para subsidiar esta análise, buscamos recursos teóricos que validam o desafio contemporâneo de analisar, as variadas formas de violências perpetradas tanto nos países centrais e nos países periféricos. A questão a ser explorada no trabalho versará sobre a invisibilidade dos sujeitos e a sua conexão com os campos que estruturam a Pedagogia da Convivência que são: A Educação para a Paz, o conflito e a Educação em Direitos humanos. Do ponto de vista metodológico, este texto caracteriza-se como bibliográfico, onde foram feitos estudos em livros, recortes de jornal e artigos científicos. A pesquisa baseia-se na ideia de que a Pedagogia da Convivência é uma reflexão específica da Pedagogia Social sobre o reconhecimento da importância das relações sociais originadas pelos grupos sociais como potencializadores de processo de ensino-aprendizagem (JARES, 2008 apud). Ferreira (2018). Ao longo da pesquisa, cabe enfatizar o valor da vida humana e a cultura da não violência; valorizar a justiça e rejeitar o ódio; combater o medo; insistir no valor da democracia e na necessidade da globalização dos direitos humanos; oferecer alternativas e facilitar o conhecimento das conquistas sociais, dentre outras ações, que são valores fundamentais para uma cultura de paz. Palavras chave: Pedagogia da Convivência; Direitos Humanos; Cultura de Paz.

Palavras-chave: Pedagogia da convivência; Direitos Humanos; Cultura de Paz.

Pedagogia da Convivência: uma experiência de formação em Educação para a Paz

Liliane Machado Vieira da Costa
Angelica Cristina Bezerra
Claudio de Oliveira

O presente relato descreve algumas atividades e experiências vivenciadas ao ministrar o minicurso “Educação para a Paz em espaços escolares e não escolares”, durante o II Seminário Formativo em Pedagogia Social (SEFOPES), realizado na unidade da Unisuam em Bonsucesso-RJ. Este trabalho tem como objetivo oportunizar um espaço de discussão e reflexão, com os estudantes da graduação e pós-graduação, acerca das temáticas da Pedagogia da Convivência, como: Educação para a Paz, Conflitos, Violência, Direitos Humanos, e outros, e revela-se de grande importância para a formação dos educadores. Pois, eles deverão estar preparados para mediar, de forma não violenta, os conflitos que encontrarão em suas práticas pedagógicas, promovendo a Cultura da Paz. Para fundamentar este relato, usamos os pressupostos teóricos da Pedagogia da Convivência, do escritor Xesus Jares (2002,2008). Os resultados evidenciam que após a roda de conversa sobre os conceitos desta Pedagogia e a culminância das atividades, com a construção da “Árvore da Paz”, houve uma diferenciação entre os conceitos de violência e conflito. A mudança foi percebida na fala dos participantes, o conflito passou a ser visto de maneira crítica e a convivência passou a ser vista como espaço formativo. Houve a percepção que “Educar para a Paz” é educar em valores. Por fim, embasados nos pressupostos de Célestin Freinet, foi disponibilizada, a cada um, uma ficha com os tópicos - felicito, critico e sugiro- para que os participantes realizassem uma avaliação das atividades desenvolvidas no minicurso, que serve de base para que o docente planeje a sua próxima prática (Freire, 2006).

Palavras-chave: Pedagogia da Convivência. Educação para a Paz. Formação Continuada.

Gestão Pública de Cultura no Âmbito da UFJF: o caso do Cine-Theatro Central

Ana Paula de Sant'Anna César

A presente pesquisa discutiu a gestão pública cultural realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Cine-Theatro Central (CTC). Investigamos de que maneira seria possível potencializar a atuação do CTC em prol da cultura, a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim. O objetivo definido foi encontrar maneiras para a otimização do uso do espaço em questão. Para tanto, foi realizada a análise do atual contexto de gestão do CTC, com o levantamento dos possíveis entraves que contribuem para o perfil pouco ativo no que se refere à produção artística e cultural e o estudo de projetos desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior na área de gestão cultural, com o intuito de criar um compêndio de métodos, técnicas e legislação que norteie a otimização de projetos a serem desenvolvidos. Como metodologia de pesquisa foi realizada uma análise qualitativa, com revisão bibliográfica e documental sobre os históricos, entrevistas com gestores do CTC e o estudo comparativo de projetos desenvolvidos em três instituições públicas, na área de gestão cultural. A análise das entrevistas embasou o Plano de Ação proposto para a construção de uma gestão mais proativa, com vistas a tornar o CTC uma ferramenta cultural. A primeira proposta tratou da apresentação de projetos no CTC, com uma Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e um fluxograma de tais projetos para a viabilização desses pela captação de recursos. Há, ainda, a sugestão de um Edital da Pró-Reitoria de Cultura (ProCult), no qual todos seus órgãos poderiam concorrer. Posteriormente, a ação propõe a atualização do Regimento, necessária para dar legalidade à gestão, visando a garantia de continuidade dos projetos, através da vinculação de parte da receita do CTC para o financiamento de projetos de ampliação da ação do teatro.

Palavras-chave: Cine-Theatro Central. UFJF. Gestão cultural.

A difícil arte de avaliar: impressões sobre a (in) compreensão dos objetivos da avaliação institucional pelos servidores da Universidade Federal do Paraná

Salete Aparecida Franco Miyake
Roberta Antunes

Trata o presente estudo da análise das pesquisas aplicadas pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná (CPA/UFPR) aos servidores da instituição, nos anos de 2017 e 2018. O objetivo principal deste estudo é compreender o nível de conhecimento os servidores da instituição possuem sobre o Sistema Nacional da Avaliação Superior (SINAES); identificar no questionário de pesquisa os gargalos que impedem a compreensão do respondente sobre os objetivos e funções da avaliação institucional; propor melhorias aos instrumentos de pesquisa. Utilizou-se a análise de conteúdo para tratamento das questões dissertativas, de acordo com Franco (2008). As análises das questões quantitativas foram apresentadas em gráficos e tabelas. Os resultados apontam que dentre os respondentes há desconhecimento das funções da chamada avaliação interna. Um dos agravantes para esta incompreensão mostrou-se na dificuldade de separação entre os diversos tipos de avaliação realizadas na instituição, especialmente a avaliação de desempenho de servidores da área administrativa, que vinculada à avaliação institucional tem comprometido o entendimento dos públicos sobre as funções de ambas as avaliações (institucional e de desempenho). Neste sentido, o estudo também analisou os documentos legais que tratam de avaliação de desempenho para progressão funcional e sua vinculação com a avaliação institucional. Ainda, como resultados dessa análise pode-se considerar a construção de um novo instrumento de pesquisa, o qual foi proposto projeto piloto e aplicado em 2019. O aporte teórico da pesquisa compreende: INEP (2009), Franco (2008); UFPR/Proplan (2017).

Palavras-chave: Avaliação Interna. Avaliação de Desempenho. Instrumentos de Pesquisa.

GT 6 Ensino Superior

Coordenação: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC&T) sobre Pedagogia Social: um projeto em desenvolvimento na Universidade Castelo Branco

Bárbara Carolina Porto De Azevedo
Rafaella Alves De Oliveira
Marcio Bernardino Sirino
Patricia Flavia Mota

O presente trabalho, que se encontra em processo de construção, tem por objetivo inicial identificar espaços não escolares na região da zona oeste do Rio de Janeiro, destacando-se o bairro de Realengo pela sua proximidade com a Universidade Castelo Branco (UCB), atual mantenedora. A pesquisa em questão encontra-se na fase de organização de um levantamento das regiões e bairros que fazem parte da zona oeste e de espaços educativos não escolares onde ações – com base no campo da Pedagogia Social – venham estar sendo desenvolvidas a fim de contribuir nos processos formativos destes espaços com atividades realizadas à luz da Pedagogia de Convivência (JARES, 2008). Por meio do referencial teórico que vimos utilizando (CALIMAN, 2010; PAIVA, 2015, et al), compreendemos a Pedagogia Social como um campo que versa sobre a reflexão teórica das práticas socioeducativas desenvolvidas em espaços escolares e/ou não escolares. Neste sentido, a presença destes outros espaços educativos tende a contribuir na formação de diferentes sujeitos do processo socioeducativo em diferentes nos seguintes aspectos, como vimos costurando nesta pesquisa, por meio de um projeto de iniciação científica na Universidade Castelo Branco, liderado por dois professores da instituição e desenvolvida por duas alunas bolsistas da mesma. Frente ao exposto, faz-se necessário sinalizar que a Pedagogia Social está voltada para uma educação mais propensa a uma escuta sensível ao contexto no qual o sujeito está inserido nessa sociedade, assim como a compreensão sobre como este indivíduo se percebe nesse processo de construção, por vezes, tão à margem da sociedade. Portanto, a prática educativa articulada com a realidade social, nos processos de ensino-aprendizagem, propõe meios de construir um significativo diálogo – produtor de múltiplos sentidos. Neste desfecho, faz-se necessário socializar esta pesquisa, em andamento, a fim de ampliar as discussões acerca da potência formativa presente nos espaços não escolares.

Palavras-chave: Iniciação Científica. Pedagogia Social. Espaços Não Escolares.

ImagoRádio em Movimento: uma experiência sonora no universo da educação

Jonatã Souza Pereira

O trabalho presente faz parte das ações desenvolvidas no Projeto ITEC (Imagem, Texto e Educação Contemporânea) que está veiculado a Faculdade de Educação da UFRJ. Como objetivo, buscamos desenvolver reflexões sobre a educação na contemporaneidade, gerando múltiplas formas de alfabetização midiática na escola. Entendemos que a crescente difusão e circulação das novas tecnologias na cultura, sob a forma de imagem, texto e som, nos dá meios para pensarmos em novas alternativas de formação e trabalho docente. A ImagoRádio em Movimento é um desdobramento da ImagoRádio que é um canal de produção de material sonoro que gera reflexões sobre o universo da educação, que são divulgados no nosso site e nas redes sociais e através de uma cabine física itinerante, na qual os transeuntes podem entrar e ouvir os programas. No ano de 2019 realizamos uma Instalação Artística chamada “ImagoRádio em Movimento: Como a educação nos completa”, na qual os sujeitos foram convidados a uma “re(memorização)” de suas vivências na escola. Criamos áudios que remetiam e ativavam as lembranças desse universo e, através deles, a materialização de uma “imagem-sonora”, com texto criado pelo ouvinte (frase ou palavra). Essas produções foram colocadas em um mosaico dentro da cabine. Foram mapeados dos participantes as suas angústias, alegrias, tristezas e surpresas que envolvem o universo da educação. Como culminância, teremos uma edição da ImagoRádio com esse tema, utilizando os materiais e áudios captados para a construção de um novo programa que está em produção. As ações desenvolvidas pelo ITEC utilizam uma metodologia ligada à pesquisa-intervenção-ação. A atuação se dá em diferentes espaços (intra e extraescolares) pelas ações artístico-culturais que realizamos.

Palavras-chave: Intervenções Artísticas, Experiência Estética, Produções Artístico-Pedagógicas, Experiências com Imagens, Sons e Performances, Tecnologias Digitais, Formação de Professores.

A relação universidade-escola de educação básica nas licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora

Lethycia Lopes Pereira
Rita De Cássia Reis
Helena Rivelli De Oliveira

O presente resumo foi desenvolvido com base em uma pesquisa em andamento de mestrado, de natureza qualitativa, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. O trabalho concentra-se em discutir a relação universidade-escola de educação básica por meio dos estágios supervisionados obrigatórios na formação inicial de professores dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora, focalizando a constituição de uma relação de parceria entre universidade e escola. Buscamos como objetivos compreender o que a universidade e as escolas fazem para a recepção e promoção dos estagiários no ambiente escolar; investigar junto aos professores da educação básica e os do ensino superior quais as práticas que eles possuem para com os licenciandos e para com as escolas. Foi feita uma análise documental dos registros dos estágios das licenciaturas presenciais, disponibilizados pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Educação. Percebemos que há uma maior concentração de estagiários nas regiões centrais da cidade e em torno da UFJF, uma vez que são de fácil acesso para os estudantes, existe. Entender como esse licenciando chega a essas instituições de ensino e como as trocas formativas são tecidas se constitui para nós um rico espaço de pesquisa. Como proposta metodológica para a coleta dos dados, realizaremos questionários com professores do ensino superior que ministram a disciplina de estágio supervisionado e entrevistas semiestruturadas com dois gestores das escolas que mais receberam estagiários, assim como os dois professores supervisores. Estamos realizando uma pesquisa que possibilite a elaboração de propostas que envolvam protocolos para as escolas estaduais do município de Juiz de Fora para a recepção e acompanhamento dos estagiários com a finalidade de consolidar o estágio supervisionado como um elemento fundante da formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores. Estágio Supervisionado. Relação universidade-escola.

Roda de conversa como espaço de convivência: ações pedagógicas desenvolvidas na Unisuam (Universidade Augusto Mota)

Claudio de Oliveira
Angelica Cristina Bezerra
Liliane Machado Vieira da Costa

Este artigo tem como objetivo geral analisar os elementos da Pedagogia da Convivência em consonância com a Educação em Direitos Humanos. Para subsidiar esta análise, buscamos recursos teóricos que validam o desafio contemporâneo de analisar, as variadas formas de violências perpetradas tanto nos países centrais e nos países periféricos. A questão a ser explorada no trabalho versará sobre a invisibilidade dos sujeitos e a sua conexão com os campos que estruturam a Pedagogia da Convivência que são: A Educação para a Paz, o conflito e a Educação em Direitos humanos. Do ponto de vista metodológico, este texto caracteriza-se como bibliográfico, onde foram feitos estudos em livros, recortes de jornal e artigos científicos. A pesquisa baseia-se na ideia de que a Pedagogia da Convivência é uma reflexão específica da Pedagogia Social sobre o reconhecimento da importância das relações sociais originadas pelos grupos sociais como potencializadores de processo de ensino-aprendizagem (JARES, 2008 apud). Ferreira (2018). Ao longo da pesquisa, cabe enfatizar o valor da vida humana e a cultura da não violência; valorizar a justiça e rejeitar o ódio; combater o medo; insistir no valor da democracia e na necessidade da globalização dos direitos humanos; oferecer alternativas e facilitar o conhecimento das conquistas sociais, dentre outras ações, que são valores fundamentais para uma cultura de paz.

Palavras-chave: Pedagogia da convivência; Direitos Humanos; Cultura de Paz.

Pedagogia da Convivência: uma experiência de formação em Educação para a Paz

Liliane Machado Vieira Da Costa

Angelica Cristina Bezerra

Claudio De Oliveira

O presente relato descreve algumas atividades e experiências vivenciadas ao ministrar o minicurso “Educação para a Paz em espaços escolares e não escolares”, durante o II Seminário Formativo em Pedagogia Social (SEFOPES), realizado na unidade da Unisuam em Bonsucesso-RJ. Este trabalho tem como objetivo oportunizar um espaço de discussão e reflexão, com os estudantes da graduação e pós-graduação, acerca das temáticas da Pedagogia da Convivência, como: Educação para a Paz, Conflitos, Violência, Direitos Humanos, e outros, e revela-se de grande importância para a formação dos educadores. Pois, eles deverão estar preparados para mediar, de forma não violenta, os conflitos que encontrarão em suas práticas pedagógicas, promovendo a Cultura da Paz. Para fundamentar este relato, usamos os pressupostos teóricos da Pedagogia da Convivência, do escritor Xesus Jares (2002,2008). Os resultados evidenciam que após a roda de conversa sobre os conceitos desta Pedagogia e a culminância das atividades, com a construção da “Árvore da Paz”, houve uma diferenciação entre os conceitos de violência e conflito. A mudança foi percebida na fala dos participantes, o conflito passou a ser visto de maneira crítica e a convivência passou a ser vista como espaço formativo. Houve a percepção que “Educar para a Paz” é educar em valores. Por fim, embasados nos pressupostos de Célestin Freinet, foi disponibilizada, a cada um, uma ficha com os tópicos - felicito, crítico e sugiro- para que os participantes realizassem uma avaliação das atividades desenvolvidas no minicurso, que serve de base para que o docente planeje a sua próxima prática (Freire, 2006).

Palavras-chave: Pedagogia da Convivência; Educação para a Paz; Formação Continuada.

Gestão Pública de Cultura no Âmbito da UFJF: o caso do Cine-Theatro Central

Ana Paula de Sant'Anna César

A presente pesquisa discutiu a gestão pública cultural realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Cine-Theatro Central (CTC). Investigamos de que maneira seria possível potencializar a atuação do CTC em prol da cultura, a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim. O objetivo definido foi encontrar maneiras para a otimização do uso do espaço em questão. Para tanto, foi realizada a análise do atual contexto de gestão do CTC, com o levantamento dos possíveis entraves que contribuem para o perfil pouco ativo no que se refere à produção artística e cultural e o estudo de projetos desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior na área de gestão cultural, com o intuito de criar um compêndio de métodos, técnicas e legislação que norteie a otimização de projetos a serem desenvolvidos. Como metodologia de pesquisa foi realizada uma análise qualitativa, com revisão bibliográfica e documental sobre os históricos, entrevistas com gestores do CTC e o estudo comparativo de projetos desenvolvidos em três instituições públicas, na área de gestão cultural. A análise das entrevistas embasou o Plano de Ação proposto para a construção de uma gestão mais proativa, com vistas a tornar o CTC uma ferramenta cultural. A primeira proposta tratou da apresentação de projetos no CTC, com uma Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e um fluxograma de tais projetos para a viabilização desses pela captação de recursos. Há, ainda, a sugestão de um Edital da Pró-Reitoria de Cultura (ProCult), no qual todos seus órgãos poderiam concorrer. Posteriormente, a ação propõe a atualização do Regimento, necessária para dar legalidade à gestão, visando a garantia de continuidade dos projetos, através da vinculação de parte da receita do CTC para o financiamento de projetos de ampliação da ação do teatro.

Palavras-chave: Cine-Theatro Central. UFJF. Gestão cultural.

A difícil arte de avaliar: impressões sobre a (in)compreensão dos objetivos da Avaliação Institucional pelos servidores da Universidade Federal do Paraná

Salete Aparecida Franco Miyake
Roberta Antunes

Trata o presente estudo da análise das pesquisas aplicadas pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Paraná (CPA/UFPR) aos servidores da instituição, nos anos de 2017 e 2018. O objetivo principal deste estudo é compreender o nível de conhecimento os servidores da instituição possuem sobre o Sistema Nacional da Avaliação Superior (SINAES); identificar no questionário de pesquisa os gargalos que impedem a compreensão do respondente sobre os objetivos e funções da avaliação institucional; propor melhorias aos instrumentos de pesquisa. Utilizou-se a análise de conteúdo para tratamento das questões dissertativas, de acordo com Franco (2008). As análises das questões quantitativas foram apresentadas em gráficos e tabelas. Os resultados apontam que dentre os respondentes há desconhecimento das funções da chamada avaliação interna. Um dos agravantes para esta incompreensão mostrou-se na dificuldade de separação entre os diversos tipos de avaliação realizadas na instituição, especialmente a avaliação de desempenho de servidores da área administrativa, que vinculada à avaliação institucional tem comprometido o entendimento dos públicos sobre as funções de ambas as avaliações (institucional e de desempenho). Neste sentido, o estudo também analisou os documentos legais que tratam de avaliação de desempenho para progressão funcional e sua vinculação com a avaliação institucional. Ainda, como resultados dessa análise pode-se considerar a construção de um novo instrumento de pesquisa, o qual foi proposto projeto piloto e aplicado em 2019. O aporte teórico da pesquisa compreende: INEP (2009), Franco (2008); UFPR/Proplan (2017).

Palavras-chave: Avaliação Interna. Avaliação de Desempenho. Instrumentos de Pesquisa.

GT 7 Ensino Superior

Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Magrone

Conselhos Estaduais de Educação e os Processos de Regulação e Avaliação das IES Estaduais

Mary Angela Teixeira Brandalise
Regilson Maciel Borges

A pesquisa objetiva analisar as influências modeladoras da atuação dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) nas políticas de avaliação e regulação de algumas universidades públicas estaduais do Brasil e nos seus processos internos de gestão acadêmica e pedagógica. Problematisa-se como os CEE posicionam suas ações e definem seus atos normativos de regulação e avaliação de Universidades Públicas Estaduais, a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e de que forma as universidades públicas estaduais desenvolvem suas ações de regulação e avaliação considerando as normas e diretrizes oriundas das instâncias estaduais (CEE e Secretarias Estaduais de Ensino Superior) e federais (CNE e SESu). A pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de casos múltiplos, será realizada conformando as seguintes etapas: 1. Revisão de literatura; 2. Definição dos critérios para seleção dos estudos de caso; 3. Levantamento e análise de fontes documentais e de dispositivos legais; 4. Estudos de Caso de Conselhos Estaduais de Educação (CEE). Os resultados parciais das duas primeiras etapas realizadas da pesquisa evidenciam que: no caso da revisão da literatura, os estudos e as pesquisas sobre a atuação dos CEE nas políticas de avaliação e regulação da Educação Superior e suas influências nas Universidades Públicas Estaduais ainda são embrionários, o que se constata na pouca atenção dada ao tema na literatura científica (artigos, teses, dissertações, anais de eventos); a outra etapa se deu com a definição dos CEE a serem analisados, ficando assim distribuídos: na Região Centro-oeste o CEE - Goiás, na Região Nordeste o CEE – Maranhão, na Região Sudeste: CEE - São Paulo e na Região Sul os CEE de Santa Catarina e Paraná. As demais etapas da pesquisa encontram-se em desenvolvimento em conformidade com o cronograma de execução do projeto aprovado pelo Edital Universal MCTIC/CNPq 2018.

Palavras-chave: Conselhos Estaduais de Educação. Universidades Estaduais. Avaliação e Regulação.

Contratação e execução de obras públicas: estudo de caso da Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da expansão ocorrida a partir de 2007

Vicente dos Santos Guilherme Júnior
Leonardo Ostwald Vilardi
Marcos Tanure Sanábio

A partir de 2007 a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vivenciou um expressivo crescimento, principalmente em função da implementação de políticas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF. Tal crescimento foi subsidiado por uma significativa expansão física que resultou na contratação de 114 obras entre 2007 e 2017. Nesse contexto, o trabalho analisa os contratos de obras firmados pela UFJF no período supracitado, identificando fatores que impactaram negativamente a execução dos mesmos. Nesse sentido, emerge a questão: quais fatores impactaram negativamente a contratação e execução de obras pela Universidade Federal de Juiz de Fora no contexto da expansão ocorrida a partir de 2007? Para elucidá-la, a presente pesquisa: a) contextualiza a expansão vivenciada pela UFJF, bem como a contratação e execução de obras pela instituição; b) identifica e analisa os elementos que impactaram negativamente a execução contratual; c) e propõe diretrizes a serem incorporadas na contratação e execução de obras públicas buscando evitar a reincidência das questões apontadas. De cunho qualitativo, o presente trabalho utilizou-se da metodologia de estudo de caso para construir uma estratégia de análise que confronte a percepção dos sujeitos envolvidos no processo, os dados coletados por meio de pesquisa documental e o aparato teórico, legal e normativo. O referencial teórico abarca autores como Altounian (2012), Motta (2005), além de publicações do Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, entre outros. No âmbito das contratações ocorridas no recorte temporal pesquisado, foram identificados impactos negativos em todas as fases envolvidas na viabilização de uma obra pública propostas por Motta (2005), quais sejam: Fase Conceitual Estratégica, de Viabilização Financeira, de Planejamento Executivo e de Materialização.

Palavras-chave: Expansão universitária. Obras públicas. UFJF.

Avaliação de desempenho dos professores da Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Juiz de Fora

Luciene Laboissière Mata Diz

A pesquisa aqui proposta será desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado irá discutir a avaliação de desempenho dos professores da Carreira do Magistério Superior na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A aprovação da avaliação de desempenho subsidia os processos de progressão e promoção funcional e conseqüente desenvolvimento na carreira, sendo um dos requisitos legais. No entanto, serão abordadas neste estudo exclusivamente as avaliações de desempenho relativas aos processos de progressão e de promoção para Professor Assistente e para Professor Adjunto, tendo em vista que as promoções para Professor Associado e para Professor Titular têm regulamentação própria e se dão de forma distinta. A relevância do estudo deve-se à verificação da inexistência de um processo unificado de avaliação de desempenho dos professores da Carreira de Magistério Superior na UFJF. Na atual sistemática, determinada pela regulamentação interna da UFJF, cada Departamento é responsável pela avaliação de desempenho do respectivo professor, devendo se pronunciar conclusivamente pela sua aprovação ou não, pautando-se por critérios próprios. Essa inconsistência de critérios unificados pode levar a fragilidades no sistema de equidade de tratamento do corpo docente, podendo prejudicar a adequação dos processos de progressão e promoção funcional. Nesse sentido, tem-se como objetivo investigar como ocorrem as avaliações de desempenho dos professores da Carreira do Magistério Superior nos Departamentos das Unidades Acadêmicas com o fim de progressão e promoção funcional e quais problemas decorrem da falta de critérios unificados. A pesquisa será conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, privilegiando-se a percepção dos sujeitos participantes e a comparação da realidade atual com a que seria considerada ideal, nos termos propostos pelos estudiosos do tema. Para tanto, serão realizadas pesquisas documental, bibliográfica e de campo. Essa última se dará por meio de entrevistas semiestruturadas com os chefes de departamento e professores, sendo os sujeitos escolhidos por critérios a serem determinados. A pesquisa terá o intuito de diagnosticar como ocorrem os processos de avaliação de desempenho, quais as percepções dos entrevistados, quais as dificuldades e/ou problemas encontrados decorrentes da falta de padrão unificado na UFJF para os processos de avaliação de desempenho dos professores do Magistério Superior. Com os resultados encontrados, será elaborado um Plano de Ação Educacional, tendo por objetivo apresentar sugestões voltadas à

unificação do processo de avaliação de desempenho, de forma a favorecer a padronização de procedimentos nas diversas unidades da instituição.

Palavras-chave: Educação Superior. Carreira. Avaliação de Desempenho.

Desenvolvimento profissional para os servidores técnicos administrativos em educação com deficiência na Universidade Federal de Juiz de Fora

Clarice Ferreira Metri

Frederico Braida

Vítor Fonseca Figueiredo

Este trabalho refere-se a uma pesquisa em andamento sobre um caso de gestão, em que se tem discutido o desenvolvimento profissional dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) com deficiência da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Partiu-se da seguinte questão: quais são os desafios enfrentados pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE) e pelo Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) na promoção de ações afirmativas para viabilizar o desenvolvimento profissional dos TAEs com deficiência da UFJF? O principal objetivo da pesquisa é compreender a problemática no âmbito da UFJF e, pragmaticamente, propor um Plano de Ação Educacional (PAE) que vise à superação dos desafios levantados. Para tanto, busca-se, especificamente: i) descrever os desafios enfrentados pela PROGEPE e pelo NAI na promoção de ações afirmativas para o desenvolvimento profissional dos TAEs com deficiência; ii) analisar o processo de elaboração de ações afirmativas de desenvolvimento profissional dos TAEs na UFJF; e iii) propor ações que promovam o desenvolvimento profissional dos TAEs com deficiência da UFJF. Metodologicamente, pode-se dizer que se trata de uma pesquisa qualitativa e que a coleta de dados envolve tanto a pesquisa bibliográfica e documental (sobretudo leis, decretos, resoluções e portarias, tomando-se como um marco referencial o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”), quanto a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores e indivíduos envolvidos com a temática na UFJF. As pesquisas já realizadas apontam para a necessidade do estabelecimento de uma intersetorialidade entre os órgãos responsáveis pelo acolhimento, inclusão e desenvolvimento profissional dos servidores com deficiência, bem como de um realinhamento nos fluxos de informação entre esses setores da UFJF, a fim de superar as lacunas referentes a essa parcela dos servidores. Dessa forma, acredita-se que o PAE fomentará a promoção do desenvolvimento profissional dos TAEs com deficiência da UFJF em condições de igualdade com os demais.

Palavras-chave: Desenvolvimento profissional; TAE com deficiência da UFJF; Ações afirmativas.

Os órgãos colegiados superiores e a gestão da universidade

Cristiane Silva França

O presente trabalho possui como objetivo refletir acerca do papel que desempenham os órgãos colegiados superiores de uma universidade pública estadual mineira no processo de sua gestão. A reflexão proposta, considerando-se o cenário atual em que se encontra a educação superior pública brasileira, assume significativa relevância na medida em que traz à baila, primeiramente, os princípios democráticos que sustentam o funcionamento desse nível de ensino, dando destaque ao que preconizam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996 (LDBEN 9.394/96). A seguir, apresenta a estrutura organizacional da Instituição, buscando compreender a dinâmica de suas instâncias superiores colegiadas. Para alcance dos propósitos deste trabalho, a revisão de literatura e a pesquisa documental foram os procedimentos metodológicos utilizados. O presente estudo faz parte do percurso de uma pesquisa de doutorado - em andamento - na linha 'Trabalho, Estado e Movimentos Sociais', do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF). Sobre o arcabouço teórico que respalda a abordagem desse artigo, importante se faz citar os marcos legais consultados, a saber: a Carta Magna de 1988 e a LDBEN nº 9.394, de 1996, bem como alguns dos autores que contribuíram para o alcance do objetivo proposto neste trabalho como Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (2017); Juan E. Díaz Bordenave (2013); Heloísa Lück (2010); Luiz Antônio Cunha (2004). Além de produções teóricas, alguns documentos da Instituição como o Estatuto e o Regimento também ofereceram elementos que enriqueceram a análise apresentada. Com o estudo aqui ilustrado, foi possível verificar, entre outros aspectos, a importância que os órgãos colegiados superiores de uma Instituição Pública de Educação Superior assumem nos encaminhamentos e na tomada de decisões institucionais, delineando sua forma de gestão, bem como representam locus de exercício dos princípios democráticos.

Palavras-chave: Gestão democrática. Instâncias Colegiadas na Educação Superior. Gestão da Educação Superior.

Afastamento para pós-graduação stricto sensu dos servidores técnicos administrativos em educação

Silvana de Paula Castro
Priscila Campos Cunha
Frederico Braida

Este trabalho aborda o tema dos afastamentos para pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), relativos aos servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAE). A formação continuada é uma realidade que se impõe a qualquer profissional na contemporaneidade e, em muitos casos, demanda um investimento por parte do empregador, concedendo períodos de afastamento das atividades laborais para que os servidores se dediquem exclusivamente à capacitação. No cenário brasileiro, essa tem sido uma prática recorrente nas universidades, com concessões de afastamentos ainda que parciais. No entanto, recentemente, foi instituído o Decreto nº 9991/19, que versa sobre a “Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” e regulamenta as “licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento”. Portanto, diante da atual conjuntura, a pergunta que se impõe é: Quais os impactos trazidos pelo PNDP e quais medidas poderão ser adotadas pela UFJF para subsidiar os pedidos de afastamentos para pós-graduação stricto sensu de TAE? O principal objetivo da pesquisa é compreender o cenário em que tal decreto foi instituído, mapeando os possíveis impactos do PNDP na UFJF, além de, pragmaticamente, propor um Plano de Ação Educacional que viabilize a continuidade da concessão dos afastamentos e que atenda a legislação vigente. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, uma vez que envolve tanto a revisão de literatura e a análise documental quanto a coleta de informações nos bancos de dados da instituição, além da realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFJF. As pesquisas já realizadas apontam para a necessidade de planejamento, medida que se faz urgente mediante o novo decreto. Ao final, espera-se contribuir com a criação de procedimentos mais claros na gestão das solicitações, buscando uma isonomia nas concessões dos afastamentos.

Palavras-chave: Palavras-chave: Afastamento. Capacitação. Qualificação.

GT 8 GESTÃO EDUCACIONAL

Coordenação: Prof. Dr. Victor Cláudio Paradela Ferreira

Desafios para realização de ações pedagógicas na biblioteca escolar: o caso da Escola Estadual Arco Íris

Rafaela da Cruz Corrêa Teixeira
Livia Fagundes Neves

A pesquisa está sendo desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. O caso de gestão discute as dificuldades e as potencialidades das atividades desenvolvidas na biblioteca de uma Escola Estadual de Juiz de Fora. Os objetivos definidos para este estudo foram: descrever o espaço e o trabalho da biblioteca escolar; analisar as práticas e a relação da comunidade escolar com esse espaço e propor ações que favoreçam a utilização da biblioteca escolar para que a mesma cumpra o papel de espaço voltado ao letramento literário. O referencial teórico foi organizado a partir de dois eixos temáticos. No primeiro eixo buscou-se utilizar autores como Alves (2017), Alcântara (2013) e Costa, (2013) para discutir sobre a biblioteca escolar. No segundo eixo, autores como Soares (1999), Paulino (2005), Cosson; Souza (2011) fundamentam o estudo sobre letramentos. Como metodologia, utilizou-se as pesquisas documental, bibliográfica e exploratória. E como instrumentos de coleta de dados optou-se, a princípio, pela revisão bibliográfica e a aplicação de um questionário para os alunos da escola campo do presente estudo. Os resultados obtidos, até o presente momento, revelam dificuldades relacionadas aos empréstimos de livros literários e à interferência na atuação das Professoras de Ensino do Uso da Biblioteca (Peubs) devido aos problemas de infraestrutura da escola. Foi possível identificar também potencialidades no trabalho desenvolvido na biblioteca escolar, entre elas estão o desenvolvimento de diversos projetos de leitura, que vêm contribuindo para o letramento literário dos alunos. Em suma, acredita-se que a biblioteca escolar constitui-se como espaço privilegiado, ao contribuir para a formação dos alunos e que por isso, deve ser estudada para que sejam propostas ações de aprimoramento das práticas desenvolvidas neste espaço.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar. Leitura. Letramento Literário.

Projetos de Literatura na escola: a poesia como plataforma de letramento literário e expansão cultural em uma Escola Estadual de Minas Gerais

Junia Paixao Mendes de Castro

A proposta deste trabalho é pesquisar sobre a abrangência e os impactos de dois projetos literários desenvolvidos em uma Escola Estadual do interior de Minas Gerais, única instituição de ensino estadual do município e que atende a maioria dos adolescentes e jovens que cursam o ensino fundamental - anos finais e o ensino médio. Os projetos analisados foram implementados na E. E. Joaquim Afonso Rodrigues a partir do ano de 2014, com o intuito de oferecer aos alunos uma aproximação com a literatura e a sensibilidade da poesia promovendo um despertar pela leitura como fruição e crescimento pessoal. Procurou-se aproximar o autor do leitor, desmistificar a figura do escritor, promover uma fonte de conhecimento acerca das experiências humanas através de um exercício de expressão de sentimentos e percepções. Os projetos literários POETIZAR e FLICAR - Festa Literária de Carmo da Mata trabalham a leitura e escrita de poesias, um concurso literário de participação livre e aberto a todos os alunos, a publicação anual de uma antologia poética e a realização de uma Festa Literária no município. Trouxemos para a discussão teórica sobre a literatura na escola e letramento literário, autores como Cosson (2019), Lajolo (2003), Azevedo (1999, 2003, 2004 2010), Paulino (2005), dentre outros. Para a pesquisa qualitativa, usamos como ferramentas questionários em escala Likert que foram aplicados aos professores da instituição e alunos, estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, visando mensurar os impactos, o envolvimento e a contribuição dos projetos na trajetória escolar dos alunos, assim como a relevância dos eventos para o processo de formação de leitores. Para investigar o papel do ensino de literatura na escola e a relação do professor leitor e o letramento literário dos alunos, usaremos a metodologia de grupo focal aplicada aos professores de língua portuguesa.

Palavras-chave: Literatura. Letramento literário. Poesia.

Gestão participativa: características de uma experiência realizada em um Centro Integrado de Educação Pública da Baixada Fluminense

Denise Elidia de Souza Reis
Anaquel Gonçalves Albuquerque
Felipe Almeida Pimenta

O presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre a importância e os desafios de promover a gestão participativa no espaço escolar. Para isto nos utilizaremos de uma experiência desenvolvida por um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) situado na baixada fluminense, sendo perceptíveis as contínuas práticas voltadas para a construção da cidadania e havendo a prevalência de comunicação entre a equipe escolar, pais e estudantes, enquanto uma das estratégias utilizadas para estabelecer uma prática escolar participativa. Assim, os atores envolvidos definem objetivos e metas a serem seguidos. No entanto, este ainda é um caminho em construção, como ressalta Paro (1986), não ocorrendo de forma espontânea e suscitando a necessidade de viabilizar e incentivar a realização de práticas mais participativas no espaço escolar. Neste sentido, o estudo tem por objetivo verificar a importância e os benefícios existentes nesta forma de gestão, estando baseado na metodologia qualitativa e sendo fundamentado nos estudos de Luck (2007), Paro (1986; 2001) e Gadotti (1997), por suas relevantes contribuições na área. A partir das observações realizadas, conclui-se que a gestão participativa ainda tem um longo caminho a seguir, no que se refere à sua plena concretização, sendo de fundamental importância que o gestor crie situações que estimulem a participação de todos os componentes do espaço escolar, proporcionando condições reais de diálogo e respeito às individualidades, sempre pautadas em princípios éticos e de comprometimento com a realidade local e indivíduos envolvidos. REFERÊNCIAS: GADOTTI, Moacir. Autonomia da Educação: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997. LUCK, Heloísa. Gestão Educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2007. PARO, Vítor Henrique. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2001. PARO, Vítor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1986.

Palavras-chave: Cidadania. Diálogo. Comprometimento

A mediação cultural literária da Biblioteca escolar

Cristiane Lopes Carvalho Nickel

Apresenta como objeto de estudo a mediação cultural literária para a cidadania realizada pela biblioteca escolar a partir de reflexões e trabalhos em Biblioteca do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro. Esta nova projeção profissional advém da atual configuração de globalização e aceleração de troca de informações que ressignifica o trabalho do bibliotecário escolar para além da atuação no processo de ensino aprendizagem, mas para a construção da cidadania e aproximação com o leitor. O objetivo é confirmar a ação propositiva da biblioteca escolar no contexto da atual sociedade da informação, e diante disto, sua responsabilidade social na democratização do acesso à informação e leitura, exemplificar projetos de mediação cultural literária, além de levantar a figura do bibliotecário como agente direto do processo de mediação literária para cidadania. Para isto, discute também sobre a integração curricular da biblioteca no projeto político pedagógico escolar. A proposição metodológica de democratização da informação e o “discutir” e “criar” junto aos seus usuários Milanesi (2013), a responsabilidade da biblioteca de acordo com documentos internacionais sobre biblioteca escolar tal como as diretrizes IFLA/UNESCO para estas, a leitura para participação à cidadania e também fruição, tal como Petit (2008), os aspectos do pluralismo cultural das bibliotecas de Martins (2003). A metodologia compreende revisão bibliográfica de autores sobre o tema, além de formulários e entrevistas aos bibliotecários da instituição pesquisada para melhor conhecer suas práticas e concepções de atuação de mediação cultural da literatura como direito e participação à cidadania. Traz como resultados preliminares, pois está em estágio inicial, a participação e organização efetiva, protagonizada por alunos, de ações motivadas em prol de si mesmos a partir de ação cultural movida pela biblioteca, e ainda a dificuldade de diálogo entre corpo docente sobre práticas pedagógicas em conjunto com bibliotecários.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Mediação literária. Ação cultural

Relatos sobre a percepção dos alunos da disciplina Gestão e Organização dos Sistemas Escolares do curso de Pedagogia a distância da UFJF sobre gestão democrática das escolas públicas

Carla Silva Machado
Andreia Scoralick
Edilene Maria Lopes
Jane Aparecida G. de Souza

Objetivamos relatar a percepção dos alunos da disciplina Gestão e Organização dos Sistemas Escolares do curso de Pedagogia a distância da UFJF do segundo semestre de 2019 sobre a gestão democrática das escolas públicas em uma pesquisa de campo realizada por eles. Antes da realização da pesquisa, houve um momento da disciplina de leitura e discussão teórica sobre as mudanças da concepção da administração escolar para gestão escolar e, mais adiante para gestão democrática e participativa embasada na LDB/9394-96. Para isso, foram lidos e discutidos, nos fóruns da disciplina, textos de autores como Paro, Libâneo, Portela e outros que abordam o tema. O trabalho mencionado foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa, cada aluno fez uma entrevista semiestruturada com o gestor de uma escola pública com o objetivo de analisar o funcionamento e a existência das instâncias de deliberação como Conselho Escolar, Grêmios Estudantis, Construção do Projeto Político Pedagógico e outros. A partir das respostas obtidas e, após as leituras, os alunos deveriam se posicionar se a escola tinha uma concepção democrática de gestão nos moldes propostos pela LDB/96. Num segundo momento, foram formados grupos de três alunos que deveriam fazer um comparativo entre as três escolas pesquisadas por eles e posicionarem-se sobre as semelhanças e diferenças da gestão das três escolas buscando identificar se entre elas havia uma com concepções mais democráticas que as demais. O objetivo central das atividades foi propor aos alunos que identificassem as lacunas entre a proposição de uma política pública e as legislações que tratam dela e sua aplicação prática e cotidiana, no caso específico, a questão da gestão democrática e participativa. Muitos relataram que as políticas e legislações são interpretadas e reinterpretadas de diferentes maneiras pelos atores escolares, fazendo com que a escola nos aponte caminhos diferentes dos propostos pelas legislações vigentes.

Palavras-chave: Gestão escolar, Gestão democrática e Participativa, Concepções de gestão.

A infrequência escolar de uma unidade prisional: o caso da Escola Estadual César Lombroso na Penitenciária José Maria Alkmim

Marcos Fernandes Rafael

Marco Kistermann

Helena Rivelli de Oliveira

A presente pesquisa abordou a gestão na educação pública e teve por objetivo analisar as causas que contribuem para os índices elevados de infrequência escolar dentro de uma unidade prisional em Minas Gerais. Acredita-se que tal infrequência possa ser oriunda de fatores que ocorrem dentro da própria unidade. O referencial teórico foi fundamentado a partir da contribuição de autores como: Onofre (2011); Zanin (2005); Pereira (2009-10); Foucault (1999); Oliveira (2012); Amorim (2016); Bessa (2012) entre outros. Tais autores auxiliaram na compreensão sobre a relação entre a escola e a unidade prisional, além da forma como a educação se estabelece dentro das unidades prisionais. Com relação ao percurso metodológico, a coleta de dados se deu a partir de entrevistas semiestruturadas com os agentes prisionais e estudantes apenados. As análises das entrevistas elencadas ao referencial teórico, permitiu inferir que as causas da infrequência escolar neste contexto, está relacionada principalmente com os procedimentos de segurança para retirada dos alunos para ir à escola; questões de escassez de infraestrutura e a solidão do cárcere, que leva alguns presos a atentarem contra a própria vida. Com base nesses fatores que impactam na frequência escolar dos alunos, foi proposto um Plano de Ação Educacional (PAE) composto por 5 ações estratégicas quais sejam: a criação de uma equipe de agentes penitenciários capacitados para o trabalho na escola; participação da família nos projetos escolares; discussões sobre a remissão de pena; atividades escolares que visam combater à infrequência e por fim, a avaliação do PAE. Neste contexto, a pesquisa não trouxe apenas informações sobre a infrequência escolar, mas também retratou o descaso na garantia de direitos, que já foram para muitos dos sujeitos entrevistados na pesquisa, negados ou negligenciados antes da prisão.

Palavras-chave: Palavras-chave: Escola em ambiente prisional. Infrequência escolar. Educação de jovens e adultos.

Reprovação escolar no Ensino Fundamental II

Frederico Maximiliano Vieira dos Santos

Essa pesquisa pretendeu responder a seguinte questão: Como a equipe gestora da referida escola pode atuar para identificar e minimizar as causas das oscilações do número de reprovações de alunos nos anos finais do Ensino Fundamental II? Os professores da Escola Estadual Paulo Freire foram unidade de análise desta pesquisa. Para construção dos dados, foram considerados também, documentos extraídos do Sistema Mineira de Administração Escolar (SIMADE), registros eletrônicos que auxiliaram no levantamento de informações acerca do número de reprovações de alunos do Ensino Fundamental II, plataforma Qedu, entre outros. Optamos por uma abordagem qualitativa e utilizamos como instrumento para coleta de dados a aplicação de questionário. As informações coletadas foram compiladas e geraram dados importantes sobre os motivos que podem estar ocasionando as oscilações e/ou índices de reprovações expressivos na escola. O cenário que se compôs a partir das respostas dos professores elencados com o referencial teórico, revelou um cotidiano em construção, cheio de incertezas, mas também de acertos. Os professores participantes dessa pesquisa forneceram pistas acerca do delineamento de um quadro conturbado, especialmente sobre a compreensão a respeito dos trabalhos desenvolvidos em conjunto com a gestão escolar e o alinhamento estratégico quando o assunto era a questão das reprovações. As informações obtidas através das análises dos dados, subsidiaram a elaboração do Plano de Ação Educacional (PAE), que tem como finalidade criar e desenvolver ações que auxiliem na minimização e/ou superação das oscilações dos índices de reprovações da referida escola, além de prever ações que possam de assessorar a equipe gestora na condição desse processo.

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Reprovação nos anos finais. Educação na escola pública.

Análise dos fatores associados ao abandono escolar no Ensino Médio da E.E.M. José Milton de Vasconcelos Dias

Francineudo Duarte Pinheiro Junior
Mayanna Auxiliadora Martins Santos
Alexandre Chibebe Nicolleta

Este trabalho buscou analisar do fenômeno do abandono escolar no Ensino Médio da EEM José Milton de Vasconcelos Dias, localizada no município de Maracanaú, no Ceará, a qual tem apresentado um número alarmante de alunos que deixam de frequentar a escola antes do término do ano letivo. O referido caso de gestão apresentou como questão de pesquisa: Que ações a equipe gestora da EEM José Milton de Vasconcelos Dias pode realizar para minimizar o abandono dos alunos do Ensino Médio? Propõe-se, por meio deste caso, identificar e analisar os fatores associados ao abandono escolar nas turmas de Ensino Médio da referida instituição e propor ações que visem à redução dos índices de abandono escolar dessas turmas da escola, sendo mobilizados gestores e professores do estabelecimento de ensino para o seu desenvolvimento. Para realizar tal análise, que surgiu a partir da vivência de um dos pesquisadores na instituição em questão, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a respeito dos pesquisadores que já tenham tratado do abandono escolar em seus estudos, como Fernandes (2013), Silva (2016) e Silva Filho e Lima Araújo (2017) . Além disso, aplicou-se um questionário a 26 alunos, divididos em dois grupos: os que abandonaram a escola em 2017 e estavam matriculados em alguma escola de Maracanaú em 2018; e os que abandonaram a instituição no referido ano, mas não retomaram os estudos. Constataram-se, como fatores externos associados ao abandono escolar, a violência, a necessidade de trabalhar e a não organização dos estudos; como fatores internos, a reprovação, a não atratividade da escola, a não utilização de metodologias diversificadas pelos professores e a não realização de atividades extraclasse. A fim de minimizar tais fragilidades, propuseram-se a realização de uma intervenção juntos aos alunos infrequentes e de momentos de formação continuada coletiva sobre estratégias pedagógicas para um profícuo processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Abandono escolar. Ensino Médio. Fatores associados ao abandono escolar.

GT 9 GESTÃO EDUCACIONAL

Coordenação: Prof. Dr. Frederico Braida Rodrigues de
Paula

O clima escolar do Curso Técnico Integrado em Agropecuária No IF Sudeste - Campus Barbacena na perspectiva dos alunos.

Gabriela Cássia da Silva

O presente estudo está sendo desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Rio Pomba. O estudo de caso aqui estruturado procura demonstrar a percepção dos estudantes sobre o clima escolar no âmbito de uma Instituição que oferta ensino público e gratuito e que procura ofertar o currículo integrado e contribuir para a formação humana integral para que esse sujeito possa exercer a sua cidadania de maneira plena. O estudo do assunto foi desenvolvido à luz de referenciais teóricos, Vinha et al (2017), Moro (2018), Andrade (2012), Paro (1995), Libâneo (2012), Afonso e Gonzalez (2016), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Krawczyk e Ferreti (2017). Os objetivos definidos para este trabalho acadêmico consistem como objetivo geral verificar como é o clima escolar no IF Sudeste MG, Campus Barbacena, a partir da percepção dos alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária. E os objetivos específicos são observar como é o clima escolar no contexto de uma turma do Curso Técnico Integrado em Agropecuária buscando a aproximação com o cotidiano escolar. E como os estudantes avaliam o clima escolar dentro da instituição. Por fim, analisar se o clima escolar observado pela pesquisadora e percebido pelos estudantes contribui ou não para a formação integral do técnico em Agropecuária. Utiliza-se como metodologia de pesquisa uma abordagem qualitativa, adotando-se como instrumentos de coleta de dados na etapa inicial, a análise documental. A segunda etapa será a observação participante dos estudantes e após serão realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes selecionados. A análise de dados será feita por meio da Pesquisa Narrativa, utilizando sobretudo os autores Clandinin e Connelly (2015) como referência

Palavras-chave: Clima Escolar. Ensino Integrado. Gestão Escolar

Indícios da formação dos gestores escolares no Projeto Político-Pedagógico: uma análise em escolas públicas municipais do Rio de Janeiro

Ruana Pessoa Farias

Esta investigação foi desenvolvida no Laboratório de Pesquisas em Oportunidades Educacionais (LaPOpE) da Faculdade de Educação da UFRJ. O recorte da minha monografia focaliza na formação do gestor escolar e sua relação com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em quatro escolas públicas municipais cariocas. A monografia foi realizada em 2018 e é um recorte específico do projeto em andamento "Concepções de planejamento e gestão escolar: políticas públicas, projetos político-pedagógicos e democratização no cotidiano escolar" coordenado pela professora Silvana Fernández. O objetivo geral da monografia é analisar se e de que maneira as equipes gestoras se apropriam da formação continuada e específica do campo da Gestão Escolar para elaborar, implementar e/ou avaliar o PPP da escola. O PPP pode ser definido como a organização do trabalho pedagógico da escola (VEIGA, 2001) mas que também será uma defesa coletiva e pública da identidade da escola (VASCONCELLOS, 2002), a partir de ações, normas, rotinas e atitudes pensadas para os coletivos da escola (GANDIN, 1999). São responsabilidades dos gestores escolares de coordenar, implementar e avaliar o PPP. Contudo são atribuições que exigem formação técnico-pedagógica dos gestores escolares (ALBUQUERQUE, 2010). Porém, demandas e responsabilidades frente o cotidiano escolar fazem com que o gestor escolar repense sua própria formação (FERNÁNDEZ, 2018). De 10 escolas entrevistadas, selecionei quatro entrevistas e realizamos análise documental dos quatro PPPs das quatro escolas. A análise de dados demonstrou contradição entre discurso nas entrevistas e os PPPs. Quando questionadas sobre autores de PPP, as equipes selecionadas demonstraram lacuna em suas respostas. No entanto, mesmo que de modo não sistemático, as equipes e os PPPs demonstraram certa influência de autores como Veiga, Vasconcellos, Padilha, Gadotti e Gandin. A preocupação das equipes gestoras se mostrou equivocada ao priorizarem a avaliação de outros projetos, que não o PPP.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico; Formação do gestor escolar; Participação

O protagonismo juvenil e a construção democrática no Ensino Médio

Adriana da Silva Lisboa Tomaz

A gestão escolar trata das incumbências de cada unidade de ensino, que possui a sua autonomia, conforme prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, desde que respeite as normas comuns da rede de ensino. O presente trabalho surge da realização da tese de doutorado intitulada Ocupação de três escolas estaduais no Rio de Janeiro: ação coletiva; reivindicações e conquistas apresentada pela autora Adriana Tomaz ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC- Rio no ano de 2019. Esta pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, segundo Minayo, Assis e Souza (2005), e tem como objetivo investigar e descrever as ocupações a partir da percepção dos estudantes da rede pública de ensino, em três Colégios Estaduais. Um dos objetivos é compreender se ocorreram mudanças após as ocupações das escolas na gestão escolar. Levamos em conta uma parcela da literatura sobre, Os Novíssimos Movimentos Sociais; Coletivos; Juventudes e Participação Política. O percurso metodológico adotado foi realizado junto aos diversos atores educacionais por meio de entrevistas coletivas e análise documental. Para esse artigo, buscou-se um recorte sobre a categoria de análise gestão escolar, e análises foram feitas a partir de questões tais como: A escolha para direção da escola e a prática da gestão escolar. Para análise das entrevistas foram elencadas categorias a partir das narrativas dos estudantes. Alguns resultados e considerações finais são os ganhos físicos e simbólicos conquistados, tais como: a maneira de provimento para o cargo de direção, as relações dos estudantes com as autoridades, maior participação nas decisões da escola e uma direção mais democrática.

Palavras-chave: Gestão escolar. Ocupação das escolas. Eleição de diretores

Clima escolar e gestão de conflitos: Ações da Gestão Escolar frente à violência numa escola da rede estadual do Norte de Minas Gerais.

Eliana Alves Camargo Melo

O presente trabalho traz o estudo de caso da E. E. Professora Clara Menezes Dias, em Jaíba-SRE/Janaúba-SEE/MG, na região Norte de Minas Gerais. Seu escopo está nos elevados níveis de violência apresentados na escola e nas demandas que a gestão precisa articular para dar conta de proporcionar uma educação de qualidade com equidade para os alunos da escola, que atende 1.170 alunos, do 1º Ano do E. Fundamental ao 3º Ano do E. Médio; EJA Fundamental e Médio; Curso Técnico-Normal; Atendimento-AEE; Educação Integral. Seus alunos possuem inúmeras particularidades, que vão desde os diferentes níveis de aprendizagens, grande número de alunos do atendimento educacional especial e às diferenças socioeconômicas. O estudo justifica-se pela necessidade de se fazer uma análise sobre os casos de violência que permeiam o cotidiano da escola, as estratégias de enfrentamento dos conflitos pela gestão escolar e a busca por estratégias para melhorar os índices de indisciplina e violência na escola, objetivando melhorar os relacionamentos entre os atores educacionais para favorecer à aprendizagem dos alunos. Desde 2012 até 2019, período da atual gestão, fizemos, praticamente, uma revolução na escola. Porém, os registros de indisciplina, violência, ainda são muitos, interferindo nos resultados. Registros desse período revelam inúmeros casos de conflitos, o que inviabiliza o processo ensino-aprendizagem, sobrecarregando a gestão, que não consegue dar assistência adequada aos professores. Nesse contexto, como a gestão pode mediar os conflitos e proporcionar melhores condições de convivência para os alunos e funcionários da E. E. Professora Clara Menezes Dias, uma escola que conviveu e ainda convive com elevados níveis de violência escolar? Sabendo que é dever da gestão zelar pelos progressos na aprendizagem dos alunos, dar suporte pedagógico, gerir os conflitos será fundamental para a gestão pedagógica e para o sucesso dos alunos.

Palavras-chave: Gestão de Conflitos. Clima Escolar. Violência.

Segurança escolar: quem faz o socorro?

Wellington Alexander Rosa
Cynthia Saraiva Gelais

O objeto de estudo desta pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF) é investigar se o CESEC Palmital cumpre as normas de segurança contidas/previstas nas legislações federal e estadual de Minas Gerais. Assim, os objetivos definidos neste estudo são: descrever a escola e os problemas que ela enfrenta pelo não cumprimento das normas de segurança contidas nas legislações federal e estadual; analisar as causas para o não cumprimento da legislação e os possíveis entraves; propor a elaboração de um Plano de Ação Educacional que busque enfrentar os entraves pelo não cumprimento das normas de segurança exigidas na legislação. Para tal, utilizamos como referencial teórico a Lei 14.130/2009 dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no estado de Minas Gerais e a Lei 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Como metodologia a opção foi pela pesquisa de campo, semi-estruturada com os orientadores de estudos do CESEC Palmital e demais funcionários tendo como instrumentos a aplicação de questionários. Os resultados parciais obtidos apontam para o não cumprimento das legislações, sejam elas federal ou estadual, bem como com as normas da ABNT NBR e Instruções Técnicas, o que potencializa os riscos que são iminentes. Diante da pesquisa e da necessidade em adequar-se às leis, a ideia é que ao final possamos apresentar uma proposta de solução viável e exequível para a escola, mas acima de tudo, que consigamos imbuir na comunidade escolar uma cultura prevencionista.

Palavras-chave: Prevenção. Primeiros socorros. Normas de segurança.

Educação e território: o programa minha casa minha vida e seus efeitos no atendimento escolar

Janaina Sara Lawall
Beatriz de Basto Teixeira
Thayla Cristina Lavall Silva

Este trabalho baseia-se em resultados parciais de pesquisa de doutorado em educação que investiga possíveis efeitos do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida sobre o direito à educação, em especial sobre o atendimento escolar de crianças e jovens residentes no município de Juiz de Fora (Minas Gerais). O presente artigo propõe-se a refletir sobre os desafios contemporâneos ao atendimento escolar e à concretização do direito à educação identificados por educadores que atuam em escolas públicas de Juiz de Fora que atendem moradores de quatro residenciais do Minha Casa Minha Vida, que compuseram a amostra da pesquisa relacionada ao Escritório Escola Itinerante Interdisciplinar da Universidade Federal de Juiz de Fora - PROEXT 2016 MEC/SESu. A pesquisa com educadores, realizada a partir de entrevistas em profundidade, visava conhecer a relação da escola com seu público, considerando especialmente o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. As entrevistas com educadores indicam que a organização social e do território instigada pela implantação de residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida alcança outras dimensões dos direitos, ocasionando e/ou agravando problemas e ampliando conflitos que interferem negativamente nas oportunidades educacionais. Especificamente no âmbito do direito à educação, os dados revelam que a ausência de intersetorialidade no planejamento e na implantação dos residenciais do Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora, somada a problemas relacionados à organização social, ocupação e uso do território, tem gerado e/ou ampliado desafios ao atendimento educacional e à gestão escolar, ameaçando a escolarização de crianças e jovens. Desafios que impõem aos gestores escolares uma “sensibilidade para o território”, ou seja, uma capacidade de compreender o que ocorre na cidade e no entorno do território escolar como fenômenos a serem considerados no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Direito à educação. Atendimento e gestão escolar. Programa Minha Casa Minha Vida.

Os desafios da prática da gestão escolar na rede municipal brasileira

Carla da Conceição de Lima
Flávia Pedrosa de Camargo

No interior das escolas municipais brasileiras existem combinações e recombinações de prioridades em face das qualidades pessoais e profissionais dos diretores escolares, das especificidades e demandas da própria escola e da dinâmica de interação entre os profissionais da unidade de ensino. Tais elementos configuram as formas de atuação e estabelecem diferentes perfis de escola e estilos de gestão (PAES DE CARVALHO & CANEDO, 2012; ESQUINSANI & SILVEIRA, 2015). No entanto, a junção desses fatores acrescida às características das escolas pode ocasionar distintas dificuldades para o gestor escolar (MARTINS et. al., 2018; CANEDO & SALES, 2018). Soma-se a isso o fato de que em âmbito municipal – que como ente federado tem direito de decidir autonomamente a sua legislação e organização do sistema de ensino – esse cenário se faça mais plural e abrangente. A partir do referencial teórico do campo da gestão escolar e também das conclusões de pesquisas de Lima (2019) e Camargo (2019), propomos esta pesquisa exploratória com intuito de identificar os desafios da prática da gestão escolar em escolas municipais brasileiras. Para tal foram utilizados os dados de diretor e de aluno da Prova Brasil de 2017 que possibilitou traçar um perfil dos diretores e identificar seus desafios por segmento (anos iniciais do Ensino Fundamental; anos finais do Ensino Fundamental; e Ensino Fundamental completo). Nos três segmentos há predominância de diretores que estão no primeiro mandato e que ascenderam ao cargo por indicação. Os desafios identificados em todos os segmentos foram: a falta de recursos pedagógicos presente nas escolas com grande nível de desigualdade de aprendizado e baixo nível socioeconômico; e a indisciplina, que possui correlação com a indicação como forma de provimento ao cargo de diretor da escola. Portanto, as redes municipais brasileiras ainda apresentam desafios para a prática da gestão escolar.

Palavras-chave: gestão escolar, recursos pedagógicos, indisciplina

Liderança educacional e gestão escolar: estudo de caso de duas escolas estaduais da Superintendência Regional de Ensino de Patrocínio

Leandro Thiago da Silva

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão aqui apresentado investigou duas escolas da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Patrocínio, que se destacaram pelos resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), bem como pelos projetos educativos desenvolvidos. O objetivo geral foi compreender as ações gestoras desenvolvidas pelas escolas N e Q (nomes fictícios) e o impacto destas no processo ensino-aprendizagem dos estudantes. Partindo desse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar as ações gestoras desenvolvidas nas duas escolas que compõem o recorte da pesquisa; compreender as relações destas com as dimensões da gestão escolar e aspectos da liderança educacional, visando a oferta de um ensino de qualidade; e propor estratégias para o aprimoramento das formações e acompanhamentos pedagógicos realizados pela equipe pedagógica da SRE com diretores e especialistas. Para tanto, utilizou-se a metodologia estudo de caso, através de uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos entrevistas semiestruturadas realizadas com diretores e especialistas. Além destes instrumentos, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica que buscou compreender a visão de autores como Lück (2007 e 2009), Soares (2009 e 2013), Ferreira (2016 e 2017), Horta Neto (2010), Paro (2007 e 2010), Alarcão (2001), dentre outros presentes na revisão de literatura. Os resultados revelaram boas práticas educacionais desenvolvidas em ambas as escolas, relacionadas à liderança educacional e às dimensões de gestão escolar. A partir da análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa foi elaborado um Plano de Ação Educacional, como proposta de intervenção, com foco nas ações de formação continuada e monitoramento, a ser desenvolvido pelos analistas da SRE, e da socialização de boas práticas entre as escolas.

Palavras-chave: Resultados educacionais. Projetos educativos. Liderança educacional e gestão escolar.

GT 10 Gestão Educacional

Coordenação: Prof. Dr. Lourival Batista de Oliveira Júnior

Políticas de Avaliação e reprovação escolar na rede pública de Niterói/RJ

Carlos Augusto Aguiar Junior
Maria Isabel Ramalho Ortigão

Discutimos, neste recorte de uma pesquisa de doutorado, as políticas de avaliação empreendidas na rede pública de Niterói e como a reprovação é operada nessas políticas. No nível macro, analisaram-se (i) documentos do MEC e do INEP, (ii) documentos de duas escolas públicas da rede municipal de Niterói/RJ, (iii) dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar. Na pesquisa de campo com duas escolas da rede municipal de Niterói, realizamos observações de conselhos de classe e entrevistas com professores, estudantes e equipe diretiva. Analisamos os dados do questionário socioeconômico dos estudantes do SAEB utilizando regressão logística binária, para investigar os fatores de risco associados à reprovação. As escolas foram selecionadas com base em informações sobre esforços empreendidos para ampliar taxas de rendimento, permitindo, assim, a compreensão da atuação dos atores políticos nas escolas em meio às políticas de avaliação. A pesquisa está referenciada estudos empíricos sobre reprovação (ORTIGÃO, 2006; FRANCO, ORTIGÃO e ALVES, 2007; LOUZANO, 2013; ORTIGÃO e AGUIAR, 2013; GIL, 2015; FRANCESCHINI, MIRANDA-RIBEIRO e GOMES, 2016) e autores do campo da sociologia da educação, destacando os estudos de Stephen Ball sobre teoria da atuação. A análise dos dados pautou-se em duas lógicas: uma quantitativa, seguindo as recomendações de Babbie (2005) e dos estudos empíricos sobre reprovação. Outra qualitativa, com base nos conceitos de governamentalidade (Foucault e Ball) e textos writely e readly (Barthes). Os resultados pesquisa no campo de investigação das escolas reforçou os resultados observados na pesquisa empírica quanto à reprovação ser mais marcante entre os estudantes negros, meninos e em condições socioeconômicas mais desfavoráveis, e também revelou que existem discursos-mestres construídos e reiterados que compreendem a reprovação como operador importante para imposição do respeito ao professor, para o despertar do interesse pelos estudos e como artefato para moldar o “bom aluno”.

Palavras-chave: Políticas de avaliação na escola. Reprovação. SAEB 2015. Regressão logística. Teoria da Atuação.

A articulação entre avaliação institucional da escola e o projeto político pedagógico em uma Rede Municipal de Ensino

Paulo Henrique Arcas
Regilson Maciel Borges
Sheila Souza Jorge

A avaliação institucional da escola é um processo que envolve todos os seus atores e implica na avaliação do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com o propósito de analisar se as ações propostas estão cumprindo seus objetivos, identificar as dificuldades nos casos em que os objetivos não estejam sendo alcançados e propor novas ações que garantam que a escola cumpra sua função social. Com base nisso, esta pesquisa em andamento pretende promover processos de autoavaliação institucional nas escolas de educação infantil e ensino fundamental de uma rede municipal de ensino do sul de Minas, com o propósito de revisar os PPP das escolas educação infantil e ensino fundamental envolvidas no projeto. No desenvolvimento do projeto serão utilizados como ferramentas de autoavaliação institucional os Indicadores da Qualidade na Educação e serão trabalhados os aspectos teóricos, normativos e metodológicos relacionados a avaliação institucional, gestão escolar democrática e projeto político pedagógico tomando como referência os trabalhos de Freitas (2009), Brandalise (2010), Sousa (2014), Dourado (2007; 2009), Paro (2011), Vieira (2009), Veiga (2005) e Vasconcellos (2010), respectivamente. Com esta pesquisa, que se caracteriza como uma Pesquisa Ação, espera-se promover entre os profissionais da rede municipal o conhecimento sobre os processos de avaliação institucional; estimular que as escolas participantes do projeto implementem e desenvolvam práticas de autoavaliação institucional que sirvam para a melhoria e democratização da gestão escolar e para a promoção de uma cultura de avaliação institucional nas escolas da rede municipal; e utilizar os processos de avaliação institucional como estratégias para a reformulação dos PPP das escolas envolvidas.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Projeto Político Pedagógico. Formação de Gestores.

O silenciamento sobre o estágio de gestão escolar nas publicações do Banco da CAPES

Jussara Bueno De Queiroz Paschoalino

Este trabalho constitui um recorte da pesquisa “Estágio de gestão escolar: Saberes e aprendizagens” que busca compreender as repercussões e as aprendizagens construídas no período de estágio obrigatório supervisionado da disciplina de Prática em Política e Administração Educacional do curso de Pedagogia. A metodologia de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, teve como percurso metodológico, as publicações do Banco da Capes de Dissertações e Teses, com intuito de compreender o que se tem sido discutido e refletido nos trabalhos acadêmicos sobre a temática em questão. A consulta do termo “estágio gestão escolar” apontou 159.818 publicações, relativas desde o início de criação do respectivo Banco que teve a data de 1987. Após o refinamento da pesquisa para o ano de 2017, o resultado caiu para 4023 publicações entre dissertações e teses. Novamente, foi aplicado os refinamentos relativos a busca com os refinamentos: “Ciências Humanas” e “Educação Escolar”, em que foram encontrados 134 resultados. Na etapa seguinte foram consultados todos os títulos e os resumos dessas publicações acadêmicas, com o intuito de se fazer a garimpagem do termo gestão escolar. As análises dessa empreitada possibilitaram identificar que nenhum dos estudos acadêmicos catalogados tiveram como foco de pesquisa o estágio da gestão na educação básica. O mesmo processo da pesquisa se deu no ano de 2018, em que foram encontrados 126 resultados para o descritor “estágio gestão escolar”, sendo 77 dissertações e 34 teses e, também não teve nenhuma publicação sobre a temática pesquisada. Os resultados da pesquisa permitiram compreender um silenciamento sobre a temática, pois após as análises evidenciaram a ausência de publicação, em que o enfoque no estágio de gestão escolar estivesse presente. Esse silenciamento não é neutro, ele permite analisar que a gestão escolar não tem sido temática de reflexão acadêmica na formação do pedagogo.

Palavras-chave: Estágio de gestão escolar. Publicações. Silenciamento.

Proposta de implantação da gestão do conhecimento no setor de pagamento da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Monica Fonseca De Oliveira
Victor Cláudio Paradela Ferreira

O setor de pagamento da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora, objeto de pesquisa do trabalho desta mestranda, estabelece um impacto importante para o servidor público, o erário estadual e para a sociedade. Os servidores que trabalham no referido setor, os taxadores, exercem um papel essencial na comunicação entre as escolas e a SRE. O problema de pesquisa, bem como motivação para a escolha do tema, partiu da percepção desta pesquisadora em sua trajetória profissional, da carência no processo de codificação do grande fluxo de informações e procedimentos do setor, e a sua aplicação no sistema SISAP (Sistema Integrado de Administração de Pessoal). Observa-se que não há treinamento específico para taxadores iniciantes que aprendem o serviço com os próprios servidores do setor. O presente estudo tem por objetivo geral identificar a forma como um sistema de gestão do conhecimento poderia contribuir para a melhoria do trabalho dos taxadores da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Juiz de Fora. Como objetivos específicos, pretende-se alcançar os seguintes pontos: identificar os principais problemas que têm sido enfrentados pelos taxadores da SRE de Juiz de Fora na execução de seus serviços; distinguir quais desses problemas poderiam ser solucionados ou minimizados por meio da adoção de procedimentos adequados da gestão do conhecimento; identificar as bases conceituais e as ferramentas da gestão do conhecimento, verificando sua aplicabilidade; e propor a implantação de um sistema de gestão do conhecimento no órgão estudado. Partindo-se do princípio de que a aplicação do conhecimento nas organizações gera benefícios intangíveis que impactam o valor das mesmas, a relevância da pesquisa tem como foco central buscar responder a seguinte questão: “De que forma a gestão do conhecimento pode impactar para melhoria do trabalho dos taxadores da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora?”.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento.

Sistema Eletrônico de Informações e gestão processual: um estudo de caso na Universidade Federal de Juiz de Fora

Rebecca Alves Henriques Da Matta

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é uma plataforma de elaboração, tramitação e gestão de documentos e processos digitais. Esta pesquisa encontra-se em andamento e objetiva estudar as mudanças oriundas da implantação do SEI na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mais especificamente, os impactos nas rotinas de trabalho e na tramitação de processos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Para isso, foram escolhidos três procedimentos: concessão de incentivo à qualificação, retribuição por titulação e aceleração da promoção docente. Primeiramente, foi traçado o histórico do SEI, desde sua origem até sua adoção pela UFJF. Após, foram descritas como eram as tramitações dos mencionados processos em meio físico e como são, atualmente, em meio eletrônico. Foram coletados dados sobre seu tempo de tramitação em 2018, quando aconteciam exclusivamente em papel e estão sendo levantadas as informações referentes ao ano de 2019 e à tramitação digital. Tem-se observado que os processos levam menos tempo no SEI, devido, em parte, à desnecessidade de protocolos e de encaminhamento de autos físicos entre os setores. Os referenciais teóricos utilizados são o princípio da eficiência administrativa, enquanto norma constitucional norteadora da atividade estatal; e a gestão de processos, voltada à melhoria dos procedimentos administrativos e à otimização das rotinas de trabalho. Quanto à modalidade de pesquisa, está sendo utilizado o estudo de caso. A metodologia adotada é pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Uma vez obtidos os mencionados dados sobre os fluxos processuais, serão realizadas entrevistas com pessoas cujo papel é fundamental nesse projeto, como a Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, o responsável pela implementação técnica do sistema e alguns usuários da plataforma. Objetiva-se, ao final, propor um plano de ação voltado à otimização da utilização do SEI como instrumento de aumento da eficiência dos procedimentos administrativos da UFJF.

Palavras-chave: Sistema Eletrônico de Informações. Processo Eletrônico. Princípio da Eficiência.

Escola Legal – Regularização De Escolas De Educação Infantil

Jacqueline Magalhães Perdigão Fraga

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão a ser estudado é o Processo de Credenciamento e Autorização de Funcionamento de Escolas de Educação Infantil Pré-Escola da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Nova Era, da rede pública e privada do município de João Monlevade, Minas Gerais, no período de 2015 a junho de 2019. Os objetivos definidos para este estudo foram: analisar o processo de regulamentação das instituições de ensino que ofertam Educação Infantil pré-escola no município de João Monlevade e propor um plano de ação educacional. Assumimos como hipótese que a Superintendência Regional de Ensino de Nova Era não cumpriu, no período de 2015 a junho de 2019, o seu papel de supervisionar as Instituições Escolares que ofertam esse nível de Ensino, as quais funcionaram sem autorização e credenciamento no município, com ampla divulgação de vagas, inclusive informando o Censo Escolar, sem muitas vezes receberem nenhuma visita ou notificação dos órgãos competentes. Para tanto utilizaremos como metodologia a pesquisa documental e de campo através da análise de dados constantes nos arquivos da SRE de Nova Era e obtidos junto ao Conselho Municipal de Educação de João Monlevade, tais como: Certificados de Autorização e Credenciamento de Escolas, Portarias de Credenciamento e Autorização de Funcionamento do IOF, Relatórios do Censo Escolar, Expedição de Alvarás de Funcionamento da Prefeitura Municipal de João Monlevade, Folhetos, Jornais, Outdoor, Relatórios de Visitas “in loco” do Serviço de Inspeção Escolar – SIE nas escolas ofertantes deste nível de ensino no referido município, sobre o acompanhamento da oferta da Educação Infantil no período de 2015 a junho de 2019.

Palavras-chave: Educação Infantil. Credenciamento e Autorização de Funcionamento. Acompanhamento da oferta.

Evasão nos cursos técnicos do Pronatec da Seciteci de MT no Eixo Ambiente e Saúde Pós 2017

Fátima Araujo Barbosa Possamai

Esta pesquisa analisa os fatores que influenciam a evasão dos alunos nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (Seciteci/MT), desenvolvidos no âmbito do Mediotec, com ênfase nos cursos técnicos do eixo ambiente e saúde, que estão sendo ofertados pela Escola Técnica Estadual (ETE) de Cuiabá. Seu objetivo geral é investigar os fatores que influenciam a evasão dos alunos nos cursos do Pronatec da Seciteci, desenvolvidos pela ETE de Cuiabá no eixo Ambiente e Saúde, e como a escola pode lidar com o enfrentamento do problema, com vistas ao desenvolvimento de ações que atenuem esse fenômeno. Como procedimentos metodológicos será utilizada a abordagem quali-quantitativa, com Estudo de Caso, e como instrumentos de pesquisa serão utilizados questionários e entrevistas semiestruturada. Como resultados parciais, evidenciou que as taxas de evasão dos cinco cursos que compõe o eixo ambiente e saúde do Mediotec, 3 ficaram com taxa superior a 50%, e dois se aproximaram de 50%. O que ratifica os objetivos da pesquisa e a necessidade de propor ações que amenizem esse fenômeno nos cursos técnicos desenvolvidos pelo Pronatec. Os principais motivos apontados pelos estudantes em curso, que influenciaram muito ou fortemente a evasão de seus colegas são: o desinteresse pelo curso, com 51,5%; horário de trabalho e estudo incompatíveis, com 50%; não se identificaram com o curso, com 45,4%; ingresso no mercado de trabalho, com 43,9%; motivos pessoais e/ou financeiros, com 42, 5%; e ingresso no ensino superior com 31,8%. Estes apontamentos dos alunos relacionam os principais motivos da evasão com a perspectiva individual, conforme referenciado por Dore e Lüscher (2011a), baseadas nos estudos de Rumberger, as quais consideraram que na análise da evasão precisa ser ponderada as perspectivas individuais e institucionais do fenômeno.

Palavras-chave: Educação Profissional. Evasão. Pronatec.

Perfil e formação docente na Rede Estadual de Educação Profissional da Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina/MG

Daniela Ferreira de Souza
Edivânia Maria Gourete Duarte
Beatriz Gonçalves Brasileiro

Pesquisa que propôs uma avaliação diagnóstica do perfil dos docentes da Rede Estadual de Educação Profissional (REDE) da Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina/MG, procurando compreender como estes profissionais se tornaram docentes e suas percepções quanto à necessidade de ampliarem conhecimentos acerca das Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica. Para coletar dados utilizou-se um questionário que abordou o perfil dos docentes e suas impressões sobre saberes necessários e desafios à prática docente. A amostra constituiu-se de 27 respondentes de um universo de 32 docentes. Os resultados mostram que o quadro é formado por 52% dos docentes do sexo feminino, sendo heterogêneo em relação a idade e trajetória acadêmica. 48% dos profissionais tem menos de 5 anos de experiência. Foram apontados como saberes necessários à prática docente: atuação profissional na área do curso, prática docente, conhecimento do mercado de trabalho, formação acadêmica e formação em Educação Profissional. Os desafios à prática docente envolvem gestão financeira e gestão operacional. 78% dos docentes nunca participaram de capacitação em educação profissional, 96% declararam perceber a necessidade de obter conhecimentos sobre o assunto e 100% demonstraram interesse em participar de capacitação na área. Os resultados apontaram demanda de capacitação, materializada no produto educacional da pesquisa. A capacitação foi ofertada na forma semipresencial. A avaliação positiva da capacitação pelos participantes mostrou o alcance dos objetivos iniciais: proporcionar aos docentes o contato com as Bases Conceituais e subsidiar a Superintendência Regional de Ensino de Leopoldina em uma intervenção nas práticas dos docentes que atuam na REDE.

Palavras-chave: Perfil docente. Educação Profissional. Formação continuada.

GT 11 Políticas Públicas Educativas

Coordenação: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemman Júnior

Fundamentos humanistas que ancoram o nome Educação Integral nas políticas públicas educacionais

Marcio Bernardino Sirino

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – BRASIL (CAPES) – Código de Financiamento 001, durante o processo doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Embasado numa perspectiva Pós-Estruturalista e Pós-Fundacionista (LOPES, 2013; VEIGA-NETO, 2012), utiliza-se da Teoria do Discurso, de Ernesto Laclau (LACLAU, 2011), na qual compreende não haver uma relação direta entre o significante e o significado, para problematizar os fundamentos que sustentam o ‘nome’ (CUNHA; LOPES, 2013) Educação Integral no bojo das políticas públicas educacionais de tempo integral e/ou, mesmo, parcial. Para esta finalidade, a investigação, de cunho bibliográfico, desta metafísica, apresenta uma reflexão sobre três visões sociais de mundo (Conservadora, Liberal e Socialista) para desbravar estes fundamentos, entendendo, numa perspectiva derridiana, a necessidade de “deslocá-los, voltá-los contra seus pressupostos” (DERRIDA, 2001, p. 30). Aposta esta que oportunizou identificar cadeias de articulação discursivas que se associam a uma visão humanista de educação na qual a ‘integralidade’ que nela habita contemplaria uma formação humana mais completa (COELHO, 2009), comum às três matrizes ideológicas analisadas – evidenciando, portanto, um fundamento de unicidade na forma de compreender o ser humano pela impossibilidade de pluralização das diferentes formas de ser ‘humano’ (XIMENES, 2000); de busca, fantasmática (GLYNOS; HOWARTH, 2018), pelo seu desenvolvimento em totalidade atrelado à falta constitutiva que a teoria lacaniana aponta e a necessidade de produzir este ‘fechamento’; e, ainda, de atribuição à educação a possibilidade de “salvação” que, supostamente, daria conta do ‘caos’ social existente e dos processos de fragmentação impostos (CAVALIERE, 2009), entretanto, revelando, discursivamente, um humanismo não humano (BIESTA, 2017) que, diretamente, vem ancorando o nome Educação Integral em políticas e práticas, imbricadas, num tempo parcial ou ampliado.

Palavras-chave: Educação Integral. Fundamentos. Teoria do Discurso.

A Educação Cidadã e o Movimento Escola sem Partido

Helce Amanda de Oliveira Moreira

Esta pesquisa discute de que maneira as premissas do Programa Escola Sem Partido prejudicam a formação de um sujeito cidadão e de uma escola cidadã. Assim, o trabalho tem como objetivo compreender como se expressa o caráter ideológico de uma educação voltada para uma formação não cidadã. Ou seja, a proposta desse movimento gera uma escola sem liberdade, pluralidade, inclusão ou democracia, segregando, discriminando e reprimindo alunos e professores. Tais valores são divergentes das recomendações dos PCNs, pois com o intuito de discutir questões ligadas cidadania nas escolas introduziram os Temas Transversais que trazem para o processo educativo reflexões sobre pluralidade cultural, orientação sexual, entre outros. Nesse estudo foi utilizada em sua metodologia pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que se caracterizou por buscar nos contextos históricos, sociais, políticos e culturais os condicionantes para compreendermos e interpretarmos essa dada situação. Referenciais teóricos como as obras de autores como Freire (1999, 2010), Gadotti (1983) e Frigotto (2016, 2017) nos conduziram a conclusão de que a escola democrática não possui a função de formar um cidadão modelo, com um tipo de perfil específico, mas o de celebrar as diversidades, fazendo da escola mais um espaço para a convivência democrática. Dessa forma, entendemos que as repercussões da implantação do programa Escola Sem Partido seriam diversas e prejudiciais perante o que se acredita de uma educação que propicie a democracia e a cidadania, pois ele deteriora a relação entre os docentes e discentes, restringe a liberdade de educar e aprender, propaga concepções educacionais infundadas e retrógradas e trás interesses privados ao ambiente público.

Palavras-chave: Educação cidadã. Escola sem Partido. Ideologia.

Evasão no Ensino Médio: uma reflexão frente às dificuldades enfrentadas pelos alunos para dar continuidade aos estudos

Brisa Bela Alves Nascimento Chaves

O trabalho descreve como o fenômeno da evasão escolar se manifesta na Escola X, em um Município do interior de Minas Gerais. Para tanto, este estudo procura abordar os fatores intraescolares, extraescolares relacionado ao fenômeno da Evasão. O objetivo deste estudo foi realizar uma reflexão frente às dificuldades enfrentadas pelos alunos para dar continuidade aos estudos, sem apresentar trajetórias irregulares. São vários os fatores que podem influenciar a reprovação e a evasão. Os fatores podem ser externos ou internos à Escola ou ligados ao perfil socioeconômico dos alunos. Em geral, esses fenômenos podem estar interligados. Existem diversas variáveis que podem ter influenciado a não aprovação do estudante ou a evasão. Não é fácil identificar as causas da evasão escolar, mas a causa pode está ligada à necessidade de trabalhar; dificuldades de aprendizagem; condições socioeconômicas e culturais; problemas relacionados ao transporte escolar; entre outras. A evasão produz uma enorme exclusão educacional (Tavares Júnior et al, 2012, p.64). Após um episódio de evasão, as dificuldades para retomar os estudos são ampliadas. Para compreender essa questão, foi realizado um levantamento de dados, estabelecendo como primeira fonte de evidências os números referentes à distorção idade/série e taxa de reprovação e evasão dos estudantes matriculados no primeiro ano da Escola X, entre 2016 e 2017. Além disso, foram utilizados, como instrumentos de pesquisa: levantamento de dados, pesquisa bibliográfica e documental, análise dos dados secundários do Brasil, Minas Gerais e da Escola, e o mapeamento das trajetórias dos estudantes matriculados no primeiro ano do Ensino Médio, entre 2016 e 2017, na referida escola. Ao final do trabalho foram propostas estratégias, com vistas a acolher os alunos e favorecer a permanência na Escola.

Palavras-chave: Evasão. Reprovação. Distorção idade/série.

Integrando a História: o lugar da disciplina no Pacto para o Fortalecimento do Ensino Médio

Leonardo Vinicius Chermont Muniz de Sá
Talita Rosetti Souza Mendes

Novas tecnologias que prometem deixar o mundo na palma da mão. Aliás, aceleração, mudança, mobilidade, transformação se tornaram palavras-chave para o entendimento do momento atual em que se alega que tudo é transitório. A escola não escapou desse processo. A hiperconectividade e o acesso a diversas formas e experiências juvenis mundo afora exigem da escola sensibilidade para acolher a diversidade das juventudes, em um cenário que vai muito além da busca pela padronização do comportamento presente nas estruturas tradicionais escolares de outrora. No Brasil, essas questões atingiram em cheio o ensino médio, etapa da educação brasileira que lida com as juventudes e que vem sofrendo com um quadro de intensa evasão escolar. Assim, os governos optaram pelo estabelecimento de um currículo integrado, em que as disciplinas compõem áreas de conhecimento. Uma questão importante é que não existe apenas um modelo de integração. Qual o modelo adotado no Brasil? Quais suas disputas? (Monteiro e Penna, 2011; Rocha e Magalhães, 2013). Este trabalho apresenta uma reflexão sobre a História como disciplina escolar e seu lugar das propostas de integração curricular para o Ensino Médio. A análise teve como objeto os cadernos de formação do Pacto para o fortalecimento do Ensino Médio, programa de formação de professores lançado pelo governo federal em conjunto com os governos estaduais e distrital em 2013. A partir do texto desses cadernos, buscou-se vincular as características da integração curricular proposta pelo governo federal às consequências dos processos de aceleração temporal e da globalização econômica. Considerando os regimes de historicidade propostos por François Hartog (2013), a reflexão buscou encontrar como os processos de aceleração temporal influenciaram a composição da Área de Ciências Humanas e a qual o espaço dado à História e ao seu saber de referência científica (Lopes, 2008), frente às outras disciplinas, nessa proposta de integração.

Palavras-chave: Integração curricular. Ensino Médio. Aceleração temporal. Presentismo. Ciências Humanas.

A baixa permanência de alunos no Centro de Educação de Jovens e Adultos João da Silva Ramos: um estudo de caso

Nayane Juvencio de Sousa

Mayanna Auxiliadora Martins Santos

Alexandre Chibebe Nicollela

A Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino que visa garantir oportunidades educacionais para quem não concluiu a escolarização básica na idade adequada, apresenta elevadas taxas de evasão e abandono escolar, situação ocasionada por fatores intra e extraescolares. Partindo da vivência de um dos pesquisadores, desenvolveu-se a pesquisa no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (CAEd/UFJF), que teve como objetivos compreender os fatores extra e intraescolares que contribuem para os indicadores de baixa permanência no Ceja João da Silva Ramos, e propor ações com o intuito de reduzir esses indicadores. Para tanto, foi realizado um estudo de caso, com revisão bibliográfica sobre especificidades da EJA, bem como sobre fatores internos e externos associados ao problema, embasada em estudos de autores como Haddad (2007), Di Pierro (2005, 2014), Arroyo (2007), Ceratti (2008), Nacif et al. (2016); análise de documentos sobre a oferta de EJA no Centro estudado; aplicação de questionários com 79 alunos e 22 professores da instituição. Os resultados da pesquisa denotaram que estudantes e docentes consideram que fatores externos exercem maior influência na evasão e abandono escolar. Elementos como trabalho, falta de tempo para estudar, desinteresse pelos estudos e motivos pessoais como casamento e filhos são citados como os principais implicadores na descontinuidade dos estudos. Pequena parcela dos participantes indicou questões internas associadas ao problema da pesquisa, destacando-se formato semipresencial, dificuldades de compreensão do material didático disponibilizado pela escola, reprovações e falta de formação específica dos docentes para lidar com o público de EJA. A partir dos resultados, foi proposto um Plano de Ação Educacional com 8 ações a serem implementadas pelo núcleo gestor. Destas, encontram-se em implementação: monitoramento da frequência, revisão e reelaboração do banco de provas e acompanhamento pela coordenação pedagógica dos atendimentos em sala.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Baixa conclusão escolar. Fatores associados ao abandono escolar.

O efeito da política de responsabilização escolar na mobilidade docente e seus impactos na desigualdade educacional da rede municipal do Rio de Janeiro

Karina Carrasqueira Lopes

A forma como os professores são distribuídos entre escolas é uma questão relevante na discussão das desigualdades de oportunidades educacionais, uma vez que estudos realizados em todo o mundo apontam que o professor é o fator escolar que mais impacta na aprendizagem dos estudantes, em especial para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A literatura nacional e internacional é inconclusiva sobre os resultados, esperados e inesperados, da chamada *school accountability*, ou política de responsabilização escolar. A fim de contribuir com essa discussão, o objetivo deste trabalho foi verificar se a mobilidade dos docentes foi influenciada pela política de responsabilização escolar praticada na rede municipal do Rio de Janeiro entre 2009 e 2016, que tinha como principal instrumento o Prêmio Anual de Desempenho que consistia em bonificação para professores (e funcionários) lotados nas escolas que alcançam as metas de desempenho estabelecidas pela SME. A pesquisa acompanhou a movimentação de 3594 docentes que tomaram posse nesta rede entre 2009 e 2011 até o final de 2016. Para alcançar o objetivo citado, foram realizadas regressões logísticas multivariadas com controles de características das escolas e dos professores para identificar o efeito da bonificação na probabilidade de o docente mudar de escola e comparações com testes de diferenças de médias para verificar os padrões de mobilidade. Os resultados mostram um grande efeito do número de vezes que a escola ganhou o Prêmio Anual de Desempenho, indicando uma tendência de os docentes migrarem de escolas que tinham menos chances de ganhar, para escolas com maior chance de ganhar o prêmio. Este resultado, pode indicar que a política de responsabilização pode ter aumentando desigualdades de oportunidades educacionais, pois escolas cujos alunos já tinham baixo aprendizado possivelmente sofreram mais com rotatividade docente e falta de professores gerados pela mobilidade dos docentes.

Palavras-chave: Mobilidade docente. Responsabilização escolar. Oportunidades educacionais.

O ensino e a aprendizagem de Ciências na EJA da rede pública municipal de Cataguases/MG: perfil e percepções do docente e do discente

Ana Gabriela de Souza Almeida
Ana Paula de Moura Ferreira Dias

A pesquisa buscou compreender o processo de ensino e aprendizagem em Ciências na EJA da rede pública municipal. A amostra constituiu-se de 26 discentes do 1º e 4º períodos da EJA Ensino Fundamental anos finais e o docente da disciplina, utilizando-se questionários para coletar dados. Nos dois períodos, a maioria dos discentes encontra-se na faixa etária 15 a 25 anos; com equilíbrio entre o número de homens e mulheres e a maioria ficou menos de 5 anos sem estudar. Os principais motivos para interrupção dos estudos foram necessidade de trabalhar e de cuidar da família. A maioria dos estudantes do 1º Período relatou não ter dificuldades com a disciplina. Os do 4º Período apontaram Química como dificuldade. O docente é do sexo masculino, tem 55 anos de idade e 26 anos de experiência na EJA. Considera as concepções e propostas desta modalidade de ensino importantes para aumentar o grau de instrução e percebe “proposta velada” de receber jovens não ajustados ao ensino regular. Caracteriza o perfil dos discentes como adultos que retornam aos estudos mais por “status” do que para adquirirem conhecimento, e jovens são obrigados a estudar ou que estão na escola para diversão. Como principais dificuldades apontou o problema com a disciplina, a carência de recursos e de apoio administrativo e pedagógico. A pesquisa permitiu compreender o processo de ensino e aprendizagem da disciplina Ciências e traçou um perfil dos sujeitos da pesquisa, considerando percepções e desafios, nos remetendo à necessidade de políticas públicas para melhoria do processo, tendo em vista a juvenilização, que põe em risco a essência da EJA: resgate do direito à escolarização àqueles que não tiveram oportunidade na idade apropriada.

Palavras-chave: Ensino; Ciências; Educação de Jovens e Adultos.

GT 12 Políticas Públicas Educativas

Coordenação: Prof. Dr. Tarcísio Jorge Santos Pinto

Educação em tempo integral como estratégia para redução das desigualdades educacionais e sociais

Patricia Flavia Mota
Elisangela Da Silva Bernado

A discussão sobre educação em tempo integral e/ou ampliação da jornada, não é recente, como é possível verificar nas pesquisas de Coelho (2009), Cavaliere (2007) e Maurício (2006). Neste sentido, temos observado que algumas políticas voltadas para o tempo escolar apresentam, em comum, uma visão assistencialista, estudada por Cavaliere. Assim, pretendemos, trazer neste trabalho, uma breve discussão que vem sendo realizada no âmbito do grupo de pesquisa, acerca destes movimentos que compreendem o tempo ampliado como um mecanismo para minimizar as desigualdades sociais. Este trabalho é parte integrante do Grupo de Pesquisa “Políticas, Gestão e Financiamento em Educação” (POGEFE/UNIRIO) e compõe um dos braços do projeto “Gestão e Educação em Tempo Integral no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos”, desenvolvido pela Profa. Dra. Elisangela Bernado, vinculado ao Programa Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. Por meio de revisão documental e de literatura, traremos à tela os movimentos que buscam combater as desigualdades educacionais e sociais em políticas públicas, em território nacional, a saber: O Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador/BA, o Centro de Educação Elementar, em Brasília, o Programa Especial de Educação, no estado do Rio de Janeiro, o Programa Mais Educação (BRASIL, 2007) e o Programa Novo Mais Educação (BRASIL, 2016). No que tange às especificidades de cada política, foi importante descrever o contexto no qual cada uma se insere, as concepções que trazem em seu bojo e como foram encenadas no contexto da prática. É a isto que se propõe esta investigação.

Palavras-chave: Tempo Integral. Desigualdades Educacionais. Educação Integral. Política Pública Educacional. Desigualdades Sociais.

Brasil e Portugal: O tempo como possibilidade de redução das desigualdades

Rosângela Cristina Rocha Passos Felix

Patricia Flavia Mota

Elisangela Da Silva Bernado

Este trabalho é parte integrante do Grupo de Pesquisa “Políticas, Gestão e Financiamento em Educação” (POGEFE/UNIRIO) e compõe um dos braços do projeto “Gestão e Educação em Tempo Integral no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos”, desenvolvido pela Profa. Dra. Elisangela Bernado, vinculado ao Programa Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. Por meio de uma revisão documental e de literatura, temos o objetivo de trazer à tela os movimentos que buscam combater as desigualdades educacionais e sociais em três políticas públicas, a saber: o Programa Especial de Educação (RIBEIRO, 1986), o Programa Mais Educação (BRASIL, 2007) e a Escola a Tempo Inteiro (PORTUGAL, 2006). O Programa Especial de Educação, que instituiu os Centros Integrados de Educação Pública no estado do Rio de Janeiro trouxe uma proposta em que professores e estudantes permaneciam em horário integral no espaço escolar; o Programa Mais Educação, política do governo federal, tinha o objetivo de induzir a ampliação da jornada, por meio de parcerias intersetoriais no nosso país. A Escola a Tempo Inteiro, em Portugal, oferta aos estudantes o acesso a pelo menos 8h diárias. Em todas as propostas encontramos indícios que nos levam a inferir que a elaboração e encenação das políticas são pensadas de modo a minimizar as desigualdades educacionais. Entretanto, surge uma indagação: Seria a escola capaz de minimizar as desigualdades? Em sua análise, Bernado (2016) aponta para teorias que afirmam que a educação não só mantém a desigualdade, como a promove. Tal afirmação nos leva refletir se a política de ampliação do tempo na escola seria um instrumento de redefinição do espaço escolar, onde através do acesso aos diversos tipos de conhecimentos, alimentação e segurança as disparidades poderiam ser minimizadas. Esta é a proposta deste estudo em andamento.

Palavras-chave: Tempo Integral. Educação Integral. Desigualdades.

O Projeto Tempos de Aprender e o papel do Coordenador Pedagógico

Maria Da Conceição Carvalho Brandt Da Luz

O objetivo deste trabalho é divulgar o estudo em andamento sobre do Projeto de correção de fluxo Tempos de Aprender da Rede Municipal de ensino de Juiz de Fora e o papel da coordenação pedagógica nesta política pública educacional emergida de demandas sociais em busca de garantir o direito a aprendizagem de jovens que por algum motivo tiveram sua trajetória educacional cerceada. Hoje, o projeto atende 15 escolas, num total de 28 turmas e 377 alunos. Sendo que, a maioria das turmas são de 8º/9º anos do Ensino Fundamental. Utilizando como referencial a teoria crítica, procuraremos entender e destacar a figura do coordenador pedagógico, um elo importante no processo de definição de saberes e práticas e também como um educador coparticipe da fabricação curricular. Em um primeiro levantamento, percebemos que o cenário da distorção idade-série no Brasil ainda é muito grave. Segundo dados do INEP de 2018, apesar de haver uma redução nessas taxas, ela ainda apresenta 19,7% em todo o país. Recortando para o município, a taxa de distorção chega a quase 30% olhando-se apenas o 9º ano do Ensino Fundamental. Outro dado relevante, é que nesses anos de projeto, há 8 escolas que estão desde o início da implementação da política; 5 escolas que começaram em 2015 saíram e retornaram em 2017 e as demais, participaram entre um e dois anos, seguidos ou intercalados. Desta forma, ao nos debruçarmos sobre esses dados e mais ainda, sobre essa política pública num viés curricular, foi importante para compreendermos como ela contribui para a aprendizagem desses jovens que participam deste projeto.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Coordenador Pedagógico. Currículo.

Educação Integral e Integrada em uma escola estadual do campo no município de Januária/MG

Suzane Moura Santos

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAEd/UFJF) e buscou compreender os desafios e as possibilidades da Educação Integral e Integrada (EII), no contexto de uma escola do campo em Minas Gerais. Para tanto, foi realizada uma análise documental e entrevistas semiestruturadas com a Professora do Acompanhamento Pedagógico, a Especialista da Educação Básica/Supervisora da escola e a Analista Educacional da Superintendência Regional de Ensino de Januária/MG. Para compreensão e análise das questões presentes na organização escolar da EII utilizamos como aporte teórico Coelho (2009), Cavaliere (2002, 2007, 2010) e Arroyo (1999, 2012). Para contextualizar o percurso da Educação do Campo utilizamos Caldart (2009), Molina e Freitas (2011) e Hage (2011). A pesquisa revelou a necessidade de formação continuada da equipe docente e da Especialista da Educação Básica para a atuação na política de EII. Além disso, comprovou a necessidade de melhorias na infraestrutura da escola, assim como maior disponibilidade financeira.

Palavras-Chave: Educação Integral e Integrada. Educação do Campo. Políticas Públicas.

Educação Integral: Teoria e Prática Na Formação Docente Desafios e Possibilidades No Campo Das Práticas De Ensino

Tatiane de Paula Paulino

Rita de Cássia Oliveira

Luciana Fátima da Silva Lana Machado

Partindo da afirmação de que a educação é um direito social, de todos e para todos no que tange um país democrático, o presente objeto vem apresentar o resultado do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia pela UEMG, que tem por objetivo analisar as relações entre teoria e práticas educativas aplicadas ao ensino nos espaços escolares, dentro da visão integral, a partir da formação inicial e continuada do professor. Através de uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental foi investigado o contexto histórico e político da educação brasileira a partir da Constituição Federal e de documentos oficiais que norteiam a educação no território brasileiro, e autores como Anízio Teixeira e Gláucia Fabri. Esta investigação constitui a perspectiva de Educação Integral fundamental para efetivar um aprendizado com qualidade, perpassando por áreas primordiais para uma formação humana e cidadã que considere direitos individuais e coletivos os quais legitimam a educação integrada. Os resultados obtidos, levam a concluir que na formação inicial do professor aborda-se a Educação Integral implicitamente, restrita a políticas públicas, evidenciando uma lacuna na abordagem de todos os seus aspectos, inclusive nos campos das práticas de ensino. Apontou ainda que a formação continuada permite ao professor possibilidades de adaptação das concepções de Educação Integral atribuindo estratégias pedagógicas sem a perda do princípio que a tange, permitindo o fazer deste educador na educação integral e integrada de seus alunos. Para além disso, deixou evidente a necessidade de políticas educacionais que ofereçam à sociedade ações afirmativas para promover educação integral com qualidade de ingresso e permanência.

Palavras-chave: Educação Integral. Qualidade Educação. Práticas Docentes. Formação continuada.

Programa de Educação em Tempo Integral em Juiz De Fora: uma investigação sobre currículo e valores educacionais

Josely Ferreira Ribeiro
Vanessa Serafim da Silva

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo de implementação da política pública de educação em tempo integral no município de Juiz de Fora, quanto as concepções de Educação Integral e de Tempo Integral identificadas nesse contexto. Para tanto, o objeto de estudo se refere a análise curricular será realizada, buscando cotejar com os Valores que subjazem sua constituição, compreendendo em que medida tem contribuído para a hierarquização de valores. A tese inicia apresentando um histórico acerca dos modelos de Educação de tempo Integral, na esfera pública, reconhecidos dentro da história da educação brasileira. Em seguida é analisado o documentos e legislações municipais, logo, discute-se o currículo como objeto de análise, na medida em que através dele pode-se identificar valores educacionais que implicam diretamente na formação humana. A metodologia usada será a análise documental de resoluções, portarias, a revisão de literatura, questionários e entrevistas aplicados aos agentes envolvidos, tanto nas esferas públicas de gestão municipal quanto na investigação a partir de questionários e observação da realidade escolar. Para a análise dos dados observados sob um olhar da antropologia filosófica, destaca-se as contribuições de Vera Rudge Werneck. Em uma abordagem sociológica aponta-se Jeferson Mainardes, os estudos de Antônio Flávio Barbosa Moreira, Ana Maria Cavaliere, Dayse Hora e Ligia Martha Coelho. Conclusões parciais: A pesquisa de doutoramento esta em andamento, contudo já se pode afirmar que faz-se necessário conhecer como ocorreu as tentativas de organização de programas de Educação integral no município de Juiz de Fora e as subseqüentes exigências realizadas que impactaram na adequação de seus planos. A partir dessa análise vislumbra-se compreender a ampliação da jornada escolar por meio de sua relevância observando na construção do currículo e investigação dos valores subjacentes a ele.

Palavras-chave: Tempo Integral. Currículo. Valores.

A implementação do Programa Novo Mais Educação na rede municipal de ensino de São Luís: os desafios da gestão articulada

Patricia Rackel Soares Goncalves Caldas

A presente pesquisa é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Pesquisa-se o contexto de fragilidades na implementação do Programa Novo Mais Educação (PNME) nas Unidades de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de São Luís, considerando a distância entre as ações orientadas pela Coordenação Municipal e as executadas no âmbito da escola. O estudo baseia-se em quais ações podem ser desenvolvidas pela Coordenação Municipal do PNME para sanar as dificuldades no processo de implementação da política. Objetiva-se investigar a implementação do PNME nas escolas municipais de São Luís, com vistas ao aprimoramento do acompanhamento técnico e pedagógico, como suporte à gestão articulada das ações no âmbito da escola. As reflexões teóricas organizam-se em três eixos de estudo: a educação integral enquanto política pública, os desafios da gestão articulada na execução de programas e o monitoramento e acompanhamento pedagógico no contexto da educação integral. Tais eixos fundamentam-se nos estudos de autores como Oliveira (2010); Riani (2013); Souza (2006); Castro, Gontijo e Amabile (2012); Condé (2012), Mainardes (2006), Lück (2000 e 2009); Coelho e Linhares (2008); Machado e Miranda (2012); Gadotti (2009); Alarcão (2001), Dourado (2006), Vaitsman, e Rodrigues e Paes-Souza (2006). Como procedimentos de coleta de dados aplica-se as entrevistas individuais semiestruturadas com gestores, articuladores, mediadores e facilitadores para obtenção de informações sobre o contexto de implementação do PNME. Logo, a investigação possibilitará a análise da aplicabilidade desta política pública, considerando o acompanhamento técnico e pedagógico da implementação do PNME, assim como, os movimentos que esta política tem desencadeado no contexto escolar, o papel da gestão na integração dessa política com as demais ações da escola e as relações que a comunidade escolar tem com a mesma.

Palavras-chave: Educação Integral. Programa Novo Mais Educação. Gestão Articulada.

GT 13 Políticas Públicas Educativas

Coordenação: Profa. Dra. Hilda Aparecida Linhares da
Silva Micarello

Os Conselhos Escolares em cena no estado do Rio de Janeiro: ranços e avanços de 2013 a 2019

Alba Valeria Baensi da Silva

O presente relato visa analisar os possíveis avanços e/ou retrocessos da política pública de articulação e fortalecimento dos conselhos escolares no estado do Rio de Janeiro de 2014 a 2019 a partir das ações realizadas pelas redes públicas municipais de ensino. Tal estudo se deu como desdobramento da dissertação de mestrado profissional intitulada: “O processo de implementação dos Conselhos Escolares no município de Magé: caminhos para gestão democrática”, defendida em 2014 no PPGP e que reverberou em outros municípios no que diz respeito a diferentes formas e espaços da gestão democrática (BOURDIGNON, GRACINDO, 2009; LIMA, 2016; NAJJAR, 2007). O estado do Rio de Janeiro é um dos poucos que ainda mantem estratégias pertinentes à política nacional de Conselhos Escolares, através do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE) que fomenta os colegiados como uma das formas de descentralizar o poder e compartilhar o processo de decisão, dando real significado à gestão escolar. Seu caráter heterogêneo, na qualidade de órgão colegiado, pode contribuir para a ampliação da participação da comunidade nos processos decisórios. Compreendido como um dos espaços de integração e interação dos diferentes segmentos que constituem a escola (gestores, professores, funcionários, pais e alunos), o Conselho Escolar subentende a partilha de diversos olhares e vivências para a proposição de acordos que busquem a melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes (GOHN, 2001; LUIZ, CONTI, 2007). Neste sentido, o papel ativo dos atores envolvidos no processo de interpretação e reinterpretação desta política têm inferências na sua efetivação por conta do que pensam e no que acreditam. Isso nos remete ao contexto da prática apontado pela teoria do ciclo de políticas (BALL; BOWE; MAINARDES, 2016), pois é onde a política está sujeita à interpretação e recriação, produzindo efeitos e consequências que podem representar transformações e mudanças significativas na política original.

Palavras-chave: Gestão democrática. Conselhos escolares. Política pública.

Conhecimentos sobre políticas públicas educacionais na ótica dos professores da educação básica

Rhúbia Martins Marta
Mayara Márcia Fagundes Rodrigues
Rita de Cassia Oliveira

O trabalho apresenta resultados parciais da Pesquisa que o intitula. Esta investigação é realizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa, Extensão em Política Pública e Gestão Educacional, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Barbacena. Conta com o apoio do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa (PAPq) da UEMG, tendo sido aprovada no Edital Universal 01/2018 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A Pesquisa tem o objetivo de conhecer o que professores da educação básica consideraram necessário saber sobre as políticas públicas educacionais, sendo desenvolvida, desde 2018, na jurisdição da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Barbacena, que atende, além da cidade sede, 23 municípios na Zona da Mata de MG. Realizou-se pesquisa bibliográfica, foi construído e enviado questionário on-line para as escolas dos 24 municípios da SRE. Foram realizados Grupos Focais com Professores das Escolas Estaduais de Barbacena. Os dados parciais desta pesquisa indicam que os professores têm dificuldades em reconhecer os objetos, temas e ações que são políticas educacionais, ainda que estes profissionais convivam, frequentemente, com fenômenos advindos dos referidos objetos inscritos no campo das políticas educacionais. Em contraposição a esta dificuldade, os dados mostram que professores reconhecem a extrema importância de tais conhecimentos. Há expectativas de conhecer meios para aprimorar a formação inicial e continuada acerca da relação entre a gestão escolar e as políticas educacionais, o que se inscreve no âmbito das lutas pela educação como direito de todos e pelo enfrentamento dos desafios e conflitos resultantes da busca da qualidade do ensino em cada escola.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. Gestão Educacional. Formação de Professores.

As ações do Ministério Público no município do Rio de Janeiro (RJ) na regulamentação das políticas públicas educacionais de gestão democrática

Pamela Maria do Rosário Mota

A materialização de uma lei municipal que efetiva a escola pública como espaço democrático e participativo acontece, por vezes, ressemantizando a agenda de uma política pública educacional. A compreensão dos modos pelos quais tal percurso acontece e a percepção das arenas políticas são fundamentais para se observar como se dá a construção da gestão democrática. Neste viés, buscamos compreender os percursos da regulamentação da gestão democrática na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome, investigando os modos como as agendas e as produções dos textos legais se rearticularam, tendo o processo de provimento de diretor das escolas municipais como foco da pesquisa. Defende-se, como hipótese, que a atuação do Ministério Público pode provocar ações, sendo, possivelmente, um fator condicionante da encenação das políticas (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016) públicas de gestão democrática no sistema educacional do município em apreciação. O estudo em questão auxilia na construção de um panorama sobre o que vem ocorrendo nos sistemas municipais de educação acerca da meta 19 do Plano Nacional de Educação (2014), no que tange à gestão democrática, auxiliando na tessitura de resultados sobre os contextos de influência das/nas políticas educacionais e, no nosso caso, debatendo sobre o percurso da lei na legislação municipal carioca através dos antecedentes e desdobramentos da regulamentação do processo de seleção dos diretores municipais. Objetiva-se analisar as formas de atuação do Ministério Público por meio das ações da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital como possíveis indutoras de políticas educacionais públicas. A pesquisa faz parte de um projeto maior, “Gestão e Educação em Tempo Integral no Brasil e em Portugal: aproximações e distanciamentos”, desenvolvido pela Profa. Dra. Elisângela Bernado – orientadora deste trabalho – por meio do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado/FAPERJ.

Palavras-chave: Gestão democrática. Seleção de diretores. Ministério Público do Rio de Janeiro.

O PNAIC no contexto de dois municípios mineiros: o que dizem os professores alfabetizadores?

Lenise Teixeira De Sousa
Carla da Conceição de Lima

O presente estudo tem como objetivo pensar a formação continuada, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) oferecida aos professores alfabetizadores em dois municípios mineiros: Matias Barbosa e Juiz de Fora, em parceria com o Governo Federal e Estadual de Minas Gerais. O PNAIC foi um programa de formação continuada destinado aos Professores Alfabetizadores (PAs), a partir da meta nacional estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE) de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, 8 anos de idade. A partir da abordagem qualitativa e quantitativa foram traçados alguns resultados dos 115 questionários respondidos pelos professores cursistas. As fontes de geração de dados para este estudo foram: os documentos relacionados aos programas de formação continuada, em especial o PNAIC; a revisão de literatura sobre campo formação continuada de professores alfabetizadores e o questionário aplicado aos professores cursistas. O referencial teórico baseou-se em autores que pesquisam a temática alfabetização e letramento (Mortatti, Soares, Carvalho e Kramer) e as políticas públicas de formação continuada (Gatti, Barreto, André, Nóvoa e Tardif), entre outros. Os depoimentos presentes nos questionários e o diálogo com os autores nos permitiram entender de que forma os PAs percebem o PNAIC como uma política que favorece (ou não) a prática alfabetizadora. Além de outros fatores, os resultados apontam que o PNAIC contribuiu para a prática docente alfabetizadora pela possibilidade: de troca de experiências, de ampliar conhecimentos e por apresentar inovações para a prática docente. Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para aprofundar as discussões acerca da qualidade da formação continuada que vem sendo oferecida pelo Ministério da Educação - MEC em convênio com Estados e Municípios, além de favorecer a compreensão dessas formações nos municípios com portes diferentes.

Palavras-chave: Formação Continuada. PNAIC. Professor Alfabetizador.

A coordenação pedagógica e as ambiguidades da sua formação: percurso histórico

Maria Cristina Moraes de Carvalho

Objeto: Este estudo tem por objeto a formação do coordenador pedagógico no curso de pedagogia, ao longo dos seus 80 anos de existência. O lugar da formação do coordenador pedagógico e dos demais profissionais da educação que exercem funções de gestão foi deslocado inúmeras vezes, sob posicionamentos políticos e epistemológicos diversos, indo da formação inicial no curso normal, passando pelo curso de pedagogia, até a sua inserção na pós-graduação. Objetivos: (1) Analisar a formação inicial do coordenador pedagógico e como esse profissional foi se constituindo no cenário educacional do país; (2) Apresentar as principais concepções teóricas ligadas à gestão e suas implicações para o conceito de coordenação pedagógica. Referencial teórico e metodológico: Este estudo envolveu pesquisa bibliográfica e análise documental, adotando uma perspectiva crítica, cuja função é desvelar as concepções em disputa no campo da gestão educacional, considerando-se que a formação dos profissionais da educação articula-se ao processo político mais amplo. Utilizou-se como referência legislações e pesquisas que se dedicaram à formação inicial no curso de pedagogia, no Brasil (BISSOLI DA SILVA, 2003; DOURADO, 2015; FRANCO, 2014; PIMENTA et.al., 2017; PINTO, 2011; SAVIANI, 2012; SOUZA, 2017; VIEIRA, 2015). Resultados parciais: As análises apontam que a gestão dos processos pedagógicos vem sendo negligenciada na trajetória de formação dos profissionais da educação. No âmbito das políticas de formação, duas concepções teóricas vêm se destacando pelas suas implicações para o conceito de coordenação pedagógica: a concepção pedagógica produtivista e a concepção pedagógica crítica. Considerações finais: Pesquisas que se proponham desvelar os diferentes sentidos que a gestão dos processos pedagógicos adquiriu ao longo dos cursos de formação inicial e sua relação com as políticas públicas mais amplas cumprem uma função ética, oferecendo aos profissionais instrumentos de contestação e luta para reafirmar uma educação comprometida com princípios públicos e democráticos.

Palavras-chave: Formação inicial do gestor. Curso de pedagogia no Brasil. Coordenação pedagógica.

O (Des)Alinhamento entre o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Municipal de Educação (PME) de Juiz de Fora: limites, contradições e possibilidades para uma Gestão Democrática

Carla do Carmo Souza

Pesquisa realizada no PPGE da Faculdade de Educação de Juiz de Fora/(UFJF), “com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” – Portaria Nº206, de 4/9/2018. Em nosso cenário educacional nos deparamos com momentos de luta por condições adequadas aos processos de elaboração e implementação dos planos educacionais. Ao investigar se os princípios da Gestão Democrática (GD) estão presentes nos documentos oficiais, nacionais e municipais, podemos melhor compreender sua relevância na associação de mecanismos legais para políticas públicas. Esta análise nos demonstra, tensões, embates e contradições frente aos envolvidos no processo, diferenças no pensar e agir na opressão e dominação relacionada ao poder. Trabalhamos com Foucault como embasamento teórico principal acrescidos de alguns autores da educação. Em cenário delicado, temos a possibilidade de nos deparar com um sistema controlador de nossas ações, onde espaços ocupados, muitas vezes, são de disputas podendo estas se configurarem de diversas formas e momentos. Os Planos Educacionais (PE) estabelecem diretrizes, visando assegurar implementação das estratégias para cumprimento de metas para obtenção de resultados que representem sinalizações explícitas de implementação de ações convergentes para a inclusão social nas políticas públicas. A garantia da elaboração do PE é um dever dos gestores, definido na Constituição Federal/1988 e na Lei nº13.005/2014 com a disposição que afirma que estados e municípios construam ou revisem seus PE em consonância com o PNE, para superar improvisações e ações fragmentadas. A consonância não é clara, principalmente na relação entre municípios e esfera federal, onde estes buscam uma descentralização dominadora. O dirigente educacional deve focar na busca constante da redução das desigualdades sociais para equidade. Assim, participará do processo longo e duradouro de pagamento da dívida que vemos, historicamente gerada pela ausência do Estado em nossa sociedade.

Palavras-chave: PNE. PME. Gestão Democrática.

Dos ganhos do PIBID para a ressignificação da docência por professores supervisores

Edineia Gonçalves do Nascimento

Francine de Paulo Martins Lima

O presente trabalho caracteriza-se como um recorte da pesquisa “O PIBID de Pedagogia e o processo de formação continuada das Professoras Supervisoras: contribuições para ressignificação da profissionalidade docente” que visa investigar as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência – PIBID de Pedagogia para a ressignificação, organização e planejamento da ação docente no contexto da educação básica. O recorte parte da Revisão de Literatura da pesquisa e vem apresentar os resultados parciais da busca por dissertações de mestrado em educação que tem o PIBID como tema evidenciando as contribuições do PIBID para a formação de professores/as supervisores/as. Estudos realizados por André e Gatti (2012) e André (2015) evidenciam a relevância do PIBID como um espaço promotor de aprendizagens e aquisição de conhecimentos profissionais. Corroboram com as ideias de Nóvoa (2014) e Canário (2009) quanto a importância da aprendizagem da docência no contexto profissional e reafirmam a necessária articulação universidade e escola para o aprimoramento da qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem na educação básica. É nesse contexto que se insere esse recorte, o qual tem um caráter quanti-quali, pois buscou no período de 2014 a 2018 o quantitativo de dissertações e a partir da quantidade, refinou-se a busca ao Professor(a) Supervisor(a) como protagonista das pesquisas descrevendo qualitativamente os resultados das dissertações. A fim de subsidiar o percurso metodológico contamos com o aporte teórico de Ludke e André (2008). O resultado das análises aponta que a participação no PIBID trouxe ganhos significativos aos professores supervisores no que tange ao aprofundamento da reflexão sobre a ação docente e sobre o papel de relevância que desempenham também como co-formadores de professores, ressignificando a ação pedagógica e aspectos que se referem a profissionalidade docente.

Palavras-chave: PIBID. Docência. Políticas de formação de professores.

Organização:

